|  |
| --- |
| **RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL TP Nº 001/2023** |
|  |
| **OBJETO:** O objeto da presente licitação pela modalidade TOMADA DE PREÇOS é a Contratação de empresa especializada para a elaboração de estudos e projetos para a implantação, comunicação e divulgação das rotas de cicloturismo do município de Niterói, para atender a Coordenadoria Niterói de Bicicleta da Secretaria Municipal de Urbanismo, especificados e quantificados na forma do Termo de Referência – Anexo I do Edital. |
| **ABERTURA DAS PROPOSTAS: 04/07/2023** |
| **HORÁRIO: 10:00 HORAS** |
| **PROCESSO Nº 990010038/2023** |
| Razão Social: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |
| CNPJ nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |
| Endereço: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |
| E-mail: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |
| Cidade: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Fax: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |
| Pessoa para contado: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |
|  |
| Recebemos, através do acesso à página www.niteroi.rj.gov.br nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada. |
| Local: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, \_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2023. |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |
| Assinatura |

Senhor Licitante,

Visando comunicação futura entre este a Prefeitura Municipal de Niterói e essa empresa, solicito de Vossa Senhoria preencher o recibo de entrega do edital e remeter ao Departamento de Material e Patrimônio por meio do fax (021) 2613.2456 ou e-mail: material.sma@administracao.niteroi.rj.gov.br.

A não remessa do recibo exime a Comissão de licitação da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.

**EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA MODALIDADE TIPO TÉCNICA E PREÇO**

**TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2023**

**EDITAL DE LICITAÇÃO**

**O MUNICÍPIO DE NITERÓI,** por meio da Coordenadoria Niterói de Bicicleta, da Secretaria Municipal de Urbanismo e Mobilidade, com sede na Rua Visconde de Sepetiba, n° 987, 13° andar, Centro - Niterói, torna público que, devidamente autorizada pelo Sr. Filipe Augusto Pereira Simões, na forma do disposto no processo administrativo n.º 9900010038/2023, fará realizar, no dia 04 de julho de 2023, às 10:00 horas, na Sala de Licitação/SMA localizada na Rua Visconde de Sepetiba nº 987/5º andar – Centro – Niterói/RJ, licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇOS**, do tipo **TÉCNICA E PREÇO**, que se regerá pela Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e respectivas alterações, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no presente edital.

**1 – CONSIDERAÇÕES GERAIS**

**1.1** As retificações do instrumento convocatório, por iniciativa oficial ou provocadas por eventuais impugnações, obrigarão a todos os licitantes, devendo ser publicadas no Diário Oficial do Município e divulgadas por meio eletrônico na internet, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas.

**1.2** O edital se encontra disponível no endereço eletrônico <http://www.niteroi.rj.gov.br> – Transparência – Licitações em andamento – Licitação SMA, podendo, alternativamente, ser adquirida uma via impressa mediante a doação de uma resma de papel A4, no Departamento de Licitação sito a Rua Visconde de Sepetiba nº 987/5º andar – Centro – Niterói/RJ, comprovado pela Comissão de Licitação.

**1.3** Os interessados poderão obter maiores esclarecimentos ou dirimir suas dúvidas acerca do objeto deste instrumento convocatório ou interpretação de qualquer de seus dispositivos, por escrito, até 02 (dois) dias úteis anteriores à data do início da licitação, no seguinte endereço: Rua Visconde de Sepetiba, 987/5° andar – Centro – Niterói/RJ, de 10 horas até 16 horas; ou através do e-mail: [copli@administracao.niteroi.rj.gov.br](mailto:copli@administracao.niteroi.rj.gov.br)

**1.3.1** Caberá ao Presidente da Comissão de Licitação, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do edital, responder aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 24 (vinte e quatro horas), antes do encerramento do prazo de acolhimento de propostas, com encaminhamento de cópia da resposta para todos os interessados, observado o disposto no item 1.1.

**1.4** Os interessados poderão formular impugnações ao edital em até 2 (dois) dias úteis anteriores à abertura da sessão**,** no seguinte endereço: Rua Visconde de Sepetiba, 987 – Térreo – Protocolo – Centro – Niterói/RJ, das 10 horas até 16 horas, ou, ainda, através do e-mail copli@administracao.noiteroi.rj.gov.br, em horário do expediente das 08 horas às 17 horas.

**1.5** Caberá ao Coordenador do Niterói de Bicicleta, auxiliado pelo Presidente da Comissão de Licitação, decidir sobre a impugnação, com encaminhamento de cópia da resposta para todos os interessados, observado o disposto no item 1.1.

**2- DO OBJETO**

**2.1** O objeto da presente TOMADA DE PREÇOS é a Contratação de empresa especializada para a elaboração de estudos e projetos para a implantação, comunicação e divulgação das rotas de cicloturismo do município de Niterói especificados e quantificados na forma do Termo de Referência – Anexo I do Edital.

**3- DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**3.1** Os recursos necessários à realização do objeto ora licitado correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

FONTE: 1.704.00

PROGRAMA DE TRABALHO: 220115.451.0011.5258

NATUREZA DA DESPESA: 33.90.35

**4 - TIPO DE LICITAÇÃO**

**4.1** A presente licitação rege-se pelo tipo TÉCNICA E PREÇO.

**5 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**5.1** Poderão participar deste Pregão Presencial empresas especializadas cujo objeto social contenha atividades compatíveis com o objeto desta licitação, observada a necessária qualificação, e que satisfaçam todas as exigências deste edital.

**5.2** Não será permitida a participação na licitação de mais de uma empresa sob o controle de um mesmo grupo de pessoas, físicas ou jurídicas, sendo também vedada a participação empresas punidas por:

a) Ente, Autarquia ou Fundação da Administração Pública do Município de Niterói, com as sanções prescritas no inciso III do art. 87 da Lei nº 8.666/93 e no art. 7º da Lei nº 10.520/02;

b) Ente ou Entidade da Administração Pública Federal, Estadual, Distrital e Municipal, com a sanção prescrita no inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

**5.3** Um licitante, ou grupo, suas filiais ou empresas que fazem parte de um grupo econômico ou financeiro, somente poderá apresentar uma única proposta de preços. Caso um licitante participe em mais de uma proposta de preços, estas propostas não serão levadas em consideração e serão rejeitadas.

**5.3.1** Para tais efeitos entende-se que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, as empresas que tenham diretores, acionistas (com participação em mais de 5%), ou representantes legais comuns, e aqueles que dependam ou subsidiem econômica ou financeiramente a outra empresa.

**5.4** Não será permitida a participação na licitação das pessoas físicas e jurídicas arroladas no artigo 9º da Lei n.º 8.666/93.

**5.5** Será permitida a participação de licitantes em regime de consórcio, na seguinte forma:

**5.5.1** As empresas consorciadas apresentarão compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito por todas, onde deverá estar indicada a empresa líder como responsável principal perante o ÓRGÃO LICITANTE pelos atos praticados pelo consórcio, devendo constar expressamente do instrumento os poderes específicos para requerer, assumir compromissos, transigir, discordar, desistir, renunciar, receber e dar quitação, como também receber citação em Juízo.

**5.5.2** No consórcio de que participem empresas estrangeiras e brasileiras, a empresa líder deverá ser sempre brasileira.

**5.5.3** Cada um dos membros do consórcio deverá comprovar, individualmente, os requisitos de habilitação, mediante a apresentação da documentação comprobatória.

**5.5.3.1** As empresas consorciadas poderão, todavia, somar os seus quantitativos técnicos e econômico-financeiros, estes últimos na proporção da respectiva participação no consórcio, para a finalidade de atingir os limites fixados para tal objetivo neste edital.

**5.5.4** As empresas consorciadas não poderão participar isoladamente da licitação, nem em qualquer outro consórcio.

**5.5.5** As notas de empenho relativas à execução contratual serão emitidas apenas em favor da empresa líder.

**5.5.6** Durante o procedimento licitatório e na execução do contrato, a Administração poderá exigir de qualquer das empresas consorciadas o adimplemento da obrigação pactuada pelo consórcio, bem como o valor correspondente a eventuais multas e penalizações decorrentes da inexecução do contrato. A cobrança a uma integrante do consórcio não desobriga as demais.

**6. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

**6.1. DOS CADASTRADOS**

**6.1.1** Poderão participar da licitação as pessoas físicas ou jurídicas com atividades específicas no ramo pertinente ao objeto desta tomada de preços, inscritas no Registro de Fornecedores mantido pela SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, mediante a entrega da cópia autenticada do citado registro.

**6.1.2** O certificado de inscrição no Registro de Fornecedores poderá ser apresentado em substituição aos documentos previstos nos artigos 28, 29 e 31, da Lei nº 8.666/93.

**6.1.3** Os cadastrados deverão, ainda, apresentar a declaração ou certidão mencionadas nas cláusulas 6.7.1, 6.8.1 e 6.8.2

**6.2 DOS NÃO CADASTRADOS**

**6.2.1** Será permitida a participação de licitantes não cadastrados, desde que atendam a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observado o disposto no § 9º, do art. 22, da Lei n.º 8.666/93.

**6.2.2** A documentação a que se refere a cláusula 6.2.1 deverá ser apresentada perante a Comissão de Licitação.

**6.2.3** A habilitação do licitante não cadastrado não implicará em seu cadastramento no Registro Central de Fornecedores, o qual se subordina a análise por parte do órgão central em processo específico e segundo as normas vigentes.

**6.2.4** Os licitantes não cadastrados deverão apresentar os documentos de habilitação indicados nas cláusulas 6.4 a 6.8.

**6.3 DAS COOPERATIVAS**

**6.3.1** Será admitida a participação de cooperativas que atendam às exigências deste ato convocatório, no que couber, e apresentem, no envelope de habilitação os seguintes documentos:

I – ata de fundação;

II – estatuto (com ata da assembléia de aprovação);

III – regimento interno (com ata da aprovação);

IV – regimento dos fundos (com ata de aprovação);

V – edital de convocação de assembléia geral e ata em que foram eleitos os dirigentes e conselheiros;

VI – registro da presença dos cooperados em assembléias gerais;

VII – ata da sessão em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto deste certame, se vencedora;

VIII – relação dos cooperados que executarão o objeto, acompanhada dos documentos comprobatórios da data de ingresso de cada qual na cooperativa.

**6.3.2** Não será admitida participação de cooperativas fornecedoras de mão-de-obra, mas apenas as prestadoras de serviços por intermédio dos próprios cooperados.

**6.4. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA**

**6.4.1** Para fins de comprovação da habilitação jurídica, deverão ser apresentados, conforme o caso, os seguintes documentos:

a) Cédula de Identidade e CPF dos sócios ou dos diretores;

b) Registro Comercial, no caso de empresário pessoa física;

c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

f) A sociedade simples que não adotar um dos tipos regulados nos arts. 1.039 a 1.092, deverá mencionar, no contrato social, por força do art. 997, inciso VI, as pessoas naturais incumbidas da administração;

g) Ata da respectiva fundação, e o correspondente registro na Junta Comercial, bem como o estatuto com a ata da assembléia de aprovação, na forma do artigo 18 da Lei nº 5.764/71, em se tratando de sociedade cooperativa.

**6.5. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

**6.5.1** Para fins de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

c) Prova de regularidade com a Fazenda Federal, por meio da certidão de tributos e contribuições federais expedida pela Secretaria da Receita Federal e certidão da Dívida Ativa da União, emitida pela Procuradoria da Fazenda Nacional competente.

d)Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, mediante a apresentação da certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa;

e) Prova da regularidade com a Fazenda Municipal, mediante a apresentação da certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda.

f)Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de débito para com o INSS (CND) e Certificado de Regularidade de Situação relativo ao FGTS, demonstrando situação regular quanto ao cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

**6.5.2.** Os licitantes que não possuam qualquer inscrição neste Município deverão apresentar a Certidão Negativa de Débitos Municipais (ou certidões similares) expedidas pelo Município de sua sede; e, conjuntamente, Certidão de Não Contribuinte do ISS e Taxas do Município de Niterói.

**6.5.2.1.** No caso excepcional, da certidão de Não Contribuinte do ISS e Taxas do Município de Niterói não ser fornecida do modo como requerido no item anterior, poderá o licitante declarar, facultativamente, sob as penas do art.86 da Lei nº 8.666/93, que não é contribuinte do ISS e Taxas do Município de Niterói, conforme modelo do Anexo V.

**6.5.3.** A microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar a documentação de regularidade fiscal ainda que esta acuse a existência de débitos, caso em que deverá ser aplicado o disposto na cláusula 8.15.

**6.6 DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**6.6.1** Para fins de comprovação da qualificação econômico-financeira, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) Certidões negativas de falências e recuperação judicial expedidas pelos distribuidores da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física. Se o licitante não for sediado na Comarca de Niterói ou na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, as certidões deverão vir acompanhadas de declaração oficial da autoridade judiciária competente, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir certidões negativas de falências e recuperação judicial.

**6.7 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**6.7.1** Para fins de comprovação de qualificação técnica, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

1. atestado de visita técnica realizada com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis a data da licitação, expedido pela CONB, assinado por representante legal da licitante que vistoriou o local da prestação de serviços, conforme anexo IX, ou declaração formal de que tem pleno conhecimento das condições de prestação dos serviços, e que conhece integralmente o objeto da licitação (Anexo X);
2. certidão de Registro de Pessoa Jurídica, emitido pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) em nome da licitante pela região que estiver vinculada ou sede;
3. atestados, expedidos por Órgão Público, Autarquia, Empresa de Economia Mista ou Pública, ou por Empresas Privadas, em nome da licitante, que comprove a execução, para quaisquer das entidades mencionadas neste item, de serviços pertinentes e compatíveis com o objeto principal deste Edital, e abaixo relacionados, conforme parcela de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação:

I – Projeto de sinalização e/ou divulgação de rotas de cicloturismo

1. a comprovação de execução dos serviços mencionados poderá ser feita mediante apresentação de 01 (um) ou mais atestados referentes a um único ou a diversos contratos, com pelo menos os seguintes dados da CONTRATADA:

- Nome (razão social), CNPJ e endereço completo;

- Denominação, descrição e finalidade dos serviços;

- Local de instalação ou de execução dos serviços;

- Período e prazo de realização;

- Volume dos serviços (quantidades, dimensões, etc).

d) comprovação, através dos documentos listados abaixo, de que possui em seu quadro técnico, na data prevista para entrega da proposta, no mínimo:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **FUNÇÃO** | **FORMAÇÃO SUPERIOR** | **EXPERIÊNCIA** | **DOCUMENTOS** |
| **1 COORDENADOR/ RESPONSÁVEL TÉCNICO** | Arquitetura e Urbanismo | Comprovação de experiência na coordenação/gerenciamento/supervisão de projetos na área de mobilidade urbana com soluções cicloviárias, de implantação de malha cicloviária ou sistemas cicloviários, de projetos que incluam mapeamento ou diagnóstico com processos participativos com a população. | 1-Diploma (original ou cópia autenticada);  2-Registro ativo no Conselho de Classe;  3-Atestado e Certidão de Acervo Técnico (CAT), conforme Lei 8666/93 (original ou cópia autenticada). |
| **1 ESPECIALISTA TÉCNICO** | Turismo | Comprovação de experiência na coordenação/gerenciamento/supervisão de projeto na área de cicloturismo, de planejamento e projetos de rotas turísticas, ou guiamento de cicloturismo. | 1-Diploma (original ou cópia autenticada);  2-Registro ativo no Conselho de Classe;  3- Atestado e Certidão de Acervo Técnico (CAT), conforme Lei 8666/93 (original ou cópia autenticada). |

**6.8 DA DECLARAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO ART. 7º, INCISO XXXIII DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

**6.8.1**  Todos os licitantes, inclusive as microempresas e empresas de pequeno porte, deverão apresentar declaração, na forma do Anexo IV, de que não possuem em seus quadros funcionais nenhum menor de dezoito anos desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou qualquer trabalho por menor de dezesseis anos, na forma do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.

**6.8.2** Os licitantes poderão optar por apresentar a certidão negativa de ilícitos trabalhistas emitida pela Delegacia Regional do Trabalho ao invés da declaração mencionada na cláusula 6.8.1

**6.9 DO PRAZO DE VALIDADE DAS CERTIDÕES**

**6.9.1** As certidões valerão nos prazos que lhe são próprios; inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

**6.9.2** Os documentos exigidos nos itens anteriores deverão ser apresentados no original ou em cópia reprográfica autenticada, na forma do artigo 32, e seus parágrafos, da Lei Federal n.º 8.666/93.

**7 - DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DAS PROPOSTAS**

**7.1** No local, data e hora fixados para realização do certame, apresentarão os licitantes suas propostas em 3 (três) envelopes, opacos, indevassáveis e lacrados, designados, respectivamente “A”, “B” e “C”, constando obrigatoriamente na parte externa de cada um deles as seguintes indicações:

I - ENVELOPE “A” - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

MUNICÍPIO DE NITERÓI

TOMADA DE PREÇOS Nº--------------------

NOME COMPLETO E ENDEREÇO DO LICITANTE

II - ENVELOPE “B” - PROPOSTA TÉCNICA

MUNICÍPIO DE NITERÓI

TOMADA DE PREÇOS Nº--------------------

NOME COMPLETO E ENDEREÇO DO LICITANTE

III - ENVELOPE “C” - PROPOSTA DE PREÇOS

MUNICÍPIO DE NITERÓI

TOMADA DE PREÇOS Nº---------------------

NOME COMPLETO E ENDEREÇO DO LICITANTE

**7.2** Os documentos dos envelopes “A” - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, “B” - PROPOSTA TÉCNICA e “C” - PROPOSTA DE PREÇOS serão apresentados na forma estabelecida nos itens abaixo.

**7.3** Os documentos exigidos no ENVELOPE “A” - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO deverão ser apresentados no original ou em cópia reprográfica autenticada, na forma do artigo 32, e seus parágrafos, da Lei Federal nº 8.666/93, e rubricados pelo representante legal do licitante.

**7.4** Pode a Comissão de Licitação pedir a exibição do original dos documentos.

**7.5** O ENVELOPE “A” conterá os documentos especificados na cláusula 6.

**7.6** O ENVELOPE “B” – PROPOSTA TÉCNICA− deverá conter as informações e especificações descritas no anexo I – Termo de Referência, ressaltando-se que os atestados de serviços executados indicados deverão ser apresentados no original ou em cópia reprográfica autenticada, na forma do artigo 32, e seus parágrafos, da Lei Federal nº 8.666/93, e rubricados pelo representante legal do licitante;

**7.7** Os documentos doENVELOPE “C” - PROPOSTA DE PREÇOSserão apresentados em 4 (quatro) vias, exclusivamente no impresso padronizado fornecido pela administração, Anexo III) ou modelo idêntico a ser apresentado pelo licitante as quais deverão ser preenchidas por processo mecânico ou digitado e devidamente rubricadas pelo representante legal. Os preços serão apresentados em algarismos e por extenso e cotados em moeda nacional, prevalecendo, em caso de discrepância, a indicação por extenso.

**7.8**  Não serão admitidas, sob qualquer pretexto, modificações ou substituições da proposta ou de quaisquer documentos, uma vez entregues os envelopes à Comissão de Licitação.

**7.9** As empresas participantes poderão ser representadas no ato licitatório por seu representante legal, desde que apresente o original ou cópia autenticada do Ato Constitutivo acompanhado da carteira de identidade, ou por procurador munido do instrumento procuratório, outorgado pelo representante legal da empresa, com firma reconhecida. Estes documentos deverão ser entregues fora de qualquer envelope ao Presidente da Comissão de Licitação, junto com os envelopes “A”, “B” e “C”. Os licitantes que não se fizerem presentes pela forma estabelecida nesta cláusula, ficarão impedidos de se manifestar durante os trabalhos.

**7.9.1** Do instrumento procuratório mencionado na cláusula 7.8 acima deve constar a outorga de poderes para a prática de todos os atos inerentes à licitação, inclusive para desistência de recursos.

**7.9.2** A carta de credenciamento (Anexo XI) a ser apresentada juntamente com a carteira de identidade do credenciado e documento que comprove os poderes do outorgante, substitui, para todos os fins, a procuração a que se refere a cláusula 7.8, inclusive no que concerne aos poderes para a prática de todos os atos da licitação e renúncia ao direito de recorrer.

**7.9.3** Os licitantes poderão apresentar mais de um representante ou procurador, ressalvada à Comissão de Licitação a faculdade de limitar esse número a um, se considerar indispensável ao bom andamento das sessões públicas.

**7.9.4** É vedado a um mesmo procurador ou representante legal ou credenciado representar mais de um licitante, sob pena de afastamento do procedimento licitatório dos licitantes envolvidos.

**8 – DA PROPOSTA TÉCNICA**

**8.1** A descrição dos serviços, contida no anexo I - Termo de Referência, visa auxiliar as licitantes no desenvolvimento de suas propostas técnicas, devendo ser observado especificamente os itens 6 e 7 que descrevem os documentos a serem apresentados e define os critérios de avaliação;

**8.2** A proposta técnica deverá ser descrita com clareza, sem emendas, rasuras ou entrelinhas datilografada ou digitada, redigida em língua portuguesa, em papel timbrado da licitante ou impressa em formulário contínuo, constando endereço e telefone, datada e assinada de forma identificável (sobre carimbo ou equivalente) pelo titular ou representante legal da licitante, devendo ser elaborada de forma a contemplar o detalhamento do Plano de Trabalho dos profissionais indicados, devendo atender às condições contidas neste edital e no anexo I;

**8.3** A proposta técnica deverá ser apresentada em forma de textos e anexos (quadros, mapas, gráficos e imagens), conforme descrito abaixo:

1. CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA – Deverá ser impressa em formulário contínuo, constando de endereço e telefone, datada e assinada de forma identificável (sobre carimbo ou equivalente) pelo titular ou representante legal da licitante.
2. CONHECIMENTO DO PROBLEMA (máximo de vinte páginas) – Deverá ser feita descrição sobre o conhecimento do problema, incluindo conhecimento da área de abrangência do Projeto de Rotas de Cicloturismo para o município de Niterói abordando as problemáticas e desafios para a sua implantação e conhecimento de solução para o desenvolvimento, a implantação, comunicação e divulgação das rotas de cicloturismo do município de Niterói.
3. METODOLOGIA (máximo de vinte páginas) – Deverá ser feita uma abordagem sobre o Plano de Trabalho proposto para execução dos serviços, com ênfase para a metodologia a ser aplicada. Deverá ser apresentado fluxograma das atividades, com cronograma e especificidades.
4. CAPACITAÇÃO E EXPERIÊNCIA DA LICITANTE/PROPONENTE – Objetiva comprovar e pontuar a experiência em execução de Projetos de Cicloturismo, de Sistemas Cicloviários, desenvolvimento de mapeamentos e diagnósticos, de estudos sobre a temática, e de projetos com processos participativos, através de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado que comprovem que a licitante executou ou está executando os projetos, e seu desempenho foi ou está sendo satisfatório. O(s) atestado(s) deve(m) conter as seguintes informações: localização e identificação dos serviços executados, nome do contratante, especificações e demais dados técnicos.
5. EXPERIÊNCIA DA EQUIPE TÉCNICA – Objetiva comprovar a experiência dos profissionais de nível superior na execução de projetos semelhantes ao objeto desta licitação. Deverá ser entregue a relação nominal dos profissionais de nível superior que comporão a equipe técnica, a qualificação de cada um deles, bem como a indicação expressa da atribuição de cada um, conforme informações da tabela presente no item anterior. É vedada a indicação de um mesmo profissional como Responsável Técnico/Coordenador por mais de uma licitante, tal fato desqualificará todas as licitantes envolvidas.
6. COMPROVAÇÃO DE EQUIPE TÉCNICA COMPLEMENTAR - comprovação, caso se aplique, de que possui em seu quadro técnico, na data prevista para entrega da proposta, profissionais das áreas de Comunicação e Design Gráfico, com apresentação de: Diploma (original ou cópia autenticada); Registro ativo no Conselho de Classe, se aplicável.

**8.4** Deverá ser entregue o curriculum vitae de cada profissional da equipe técnica de nível superior, que não deverá estender-se além de 3 (três) páginas. Nele deve ser apresentada a experiência do profissional, em atividades correlatas à atribuição para ele prevista. Para cada profissional deverão ser apresentadas as atividades desenvolvidas comprovando sua experiência em serviços de gênero semelhante aos propostos no objeto desta licitação.

**8.5** No caso de substituição de profissional, o licitante irá substituí-lo por outro de mesma qualificação técnica.

**8.6** A licitante proponente deverá apresentar os quesitos pontuáveis, conforme previsto no Termo de Referência.

**8.7 DA PONTUAÇÃO DO CONTEÚDO DA PROPOSTA TÉCNICA- (40 pontos):**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **ITEM** | **CRITÉRIO** | **NOTA TÉCNICA** |
| NT1 | **CONHECIMENTO DO PROBLEMA** | **25** |
| Conhecimento da área de abrangência do projeto das rotas de cicloturismo | 10 |
| Conhecimento de soluções para implantação de rotas de cicloturismo, metodologias, referências, tipologia das placas, caracterização das rotas, elaboração de mapas e guias | 15 |
| NT2 | **METODOLOGIA** | **15** |
| Metodologia a ser adotada | 10 |
| Fluxograma das atividades | 5 |

* + 1. Critérios de pontuação para o **CONHECIMENTO DO PROBLEMA**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **CRITÉRIOS DA PROPOSTA TÉCNICA** | **CONCEITOS** | | | | |
| **Ótimo** | **Bom** | **Regular** | **Insuficiente** | **Errôneo ou não abordado** |
| Conhecimento da área de abrangência do projeto das rotas de cicloturismo | 100 % | 75 % | 50 % | 25 % | 0 % |
| Conhecimento de soluções para implantação da rotas de cicloturismo, metodologias, referências,tipologia das placas, caracterização das rotas, elaboração de mapas e guias | 100 % | 75 % | 50 % | 25 % | 0 % |
| **PONTUAÇÃO MÁXIMA** | **25 PONTOS** | | | | |

**8.7.2** Critérios de pontuação para a **METODOLOGIA**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **CRITÉRIOS DA PROPOSTA TÉCNICA** | **CONCEITOS** | | | | |
| **Ótimo** | **Bom** | **Regular** | **Insuficiente** | **Errôneo ou não abordado** |
| Metodologia Adotada | 100 % | 75 % | 50 % | 25 % | 0 % |
| Fluxograma das atividades | 100 % | 75 % | 50 % | 25 % | 0 % |
| **PONTUAÇÃO MÁXIMA** | **15 PONTOS** | | | | |

**8.7.3** A classificação para cada critério exposto no item 8.7 deverá ser feita segundo os conceitos descritos nos itens seguintes.

**8.7.3.1** Conceitos de pontuaçãopara o **CONHECIMENTO DO PROBLEMA**

1. **ÓTIMO**: texto com informações completas sobre o tema, tecnicamente compatível e atendendo às prescrições do TR e seus anexos; facilidade de encontrar as informações solicitadas, coerente, claro, objetivo e inovador, excelente padrão de apresentação pela clareza e domínio dos temas.
2. **BOM**: texto com informações completas sobre o tema, tecnicamente compatível e atendendo às prescrições do TR e seus anexos; coerente, claro e objetivo.
3. **REGULAR**: texto com informações mínimas para a compreensão do tema abordado; abrangência restrita de abordagem comparativa aos demais proponentes; pouca objetividade e clareza.
4. **INSUFICIENTE:** texto e informações incompletas; tópicos do problema ou objeto não abordados; conjunto de informações insuficientes para a compreensão completa do tema abordado.
5. **ERRÔNEO OU NÃO ABORDADO**: o texto do item em análise não aborda o tema indicado; o texto e as informações não correspondem ao objeto da proposta; o texto apresenta informações contraditórias; o texto apresenta erros graves na abordagem dos temas.

**8.7.3.2** Conceitos de pontuaçãopara a **METODOLOGIA**

1. **ÓTIMO:** texto com descrição completa da metodologia a ser aplicada, explanando sobre os procedimentos propostos, formas de aplicação e demais informações necessárias, tecnicamente compatível e atendendo às prescrições do TR e seus anexos; facilidade de encontrar as informações solicitadas, coerente, claro, objetivo e inovador, excelente padrão de apresentação pela clareza e domínio dos temas.
2. **BOM**: texto com descrição completa da metodologia a ser aplicada, informações completas sobre o tema, tecnicamente compatível e atendendo às prescrições do TR, seus anexos; coerente, claro e objetivo.
3. **REGULAR**: texto com informações mínimas para a compreensão da metodologia a ser aplicada; pouca objetividade e clareza.
4. **INSUFICIENTE**: texto e informações incompletas; tópicos da metodologia não abordados; conjunto de informações insuficientes para a compreensão completa do tema abordado.
5. **ERRÔNEO OU NÃO ABORDADO**: o texto do item em análise não aborda a metodologia a ser aplicada; o texto e as informações não correspondem ao objeto da proposta; o texto apresenta informações contraditórias; o texto apresenta erros graves na abordagem dos temas.

**8.7.3.2.1** A classificação para o critério do **Fluxograma de atividades, previsto na tabela constante do item 8.7.2** deverá ser feita segundo os seguintes conceitos:

1. **ÓTIMO**: fluxograma completo das atividades, tecnicamente compatível e atendendo às prescrições do TR e seus anexos; facilidade de encontrar as informações solicitadas, coerente, claro, objetivo e inovador, excelente padrão de apresentação pela clareza e domínio dos temas.
2. **BOM**: fluxograma completo das atividades, informações completas sobre o tema, tecnicamente compatível e atendendo às prescrições do TR, seus anexos; coerente, claro e objetivo.
3. **REGULAR:** fluxograma com informações mínimas para a compreensão das atividades; pouca objetividade e clareza.
4. **INSUFICIENTE**: fluxograma com informações incompletas; tópicos do fluxograma não abordados; conjunto de informações insuficientes para a compreensão completa do tema abordado.
5. **ERRÔNEO OU NÃO ABORDADO:** o texto do item em análise não aborda o fluxograma; fluxograma não corresponde ao objeto da proposta; fluxograma apresenta informações contraditórias; fluxograma apresenta erros graves na abordagem dos temas.

* 1. **DA PONTUAÇÃO RELATIVA À EXPERIÊNCIA DA EMPRESA E DA EQUIPE TÉCNICA CONSTANTE DA PROPOSTA TÉCNICA- (40 pontos)** 
     1. **Experiência da Empresa – (40 pontos)**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **EXPERIÊNCIA DA LICITANTE/PROPONENTE - PONTUAÇÃO MÁXIMA** | | **40** |
| NT3 | Qualificação técnica da proponente comprovando ter realizado projeto de cicloturismo ou criações de rotas turísticas | **PONTUAÇÃO MÁXIMA DO ITEM** | **20** |
| Através de **três** **ou mais** atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado | 20 |
| Através de **dois** atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado | 15 |
| Através de **um** atestado emitido por pessoas jurídicas de direito público ou privado | 8 |
| Qualificação técnica da proponente comprovando ter realizado estudos e levantamento de pontos de interesse de rotas de cicloturismo ou de turismo | **PONTUAÇÃO MÁXIMA DO ITEM** | **20** |
| Através de **três ou mais** atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado | 20 |
| Através de **dois** atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado | 15 |
| Através de **um** atestado emitido por pessoas jurídicas de direito público ou privado | 8 |

* + 1. Serão pontuados os atestados de execução de serviços similares ao objeto da licitação, observados os critérios estabelecidos no item 8.8.1
    2. **Experiência da Equipe Técnica- (20 pontos)**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **EXPERIÊNCIA DA EQUIPE TÉCNICA - PONTUAÇÃO MÁXIMA** | | **20** |
| **NT4** | **Qualificação do Coordenador Arquitetura** | **PONTUAÇÃO MÁXIMA DO ITEM** | **13** |
| Através de atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado e CAT (Certidão de Acervo Técnico), devidamente registrada no CAU, em coordenação/gerenciamento/supervisão de **três** projetos na área de cicloturismo ou turismo. | 13 |
| Através de atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado e CAT (Certidão de Acervo Técnico), devidamente registrada no CAU/CREA, em coordenação/gerenciamento/supervisão de **dois** projetos na área de cicloturismo ou turismo. | 7 |
| Através de atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado e CAT (Certidão de Acervo Técnico), devidamente registrada no CAU/CREA, em coordenação/ gerenciamento/supervisão de **um** projeto na área de cicloturismo ou turismo. | 4 |
|  | **PONTUAÇÃO MÁXIMA DO ITEM** | **7** |
| **Qualificação do Especialista técnico - Turismo** | Experiência comprovada através de contratos empregatícios e/ou social e/ou de prestação de serviço e/ou registro de trabalho autônomo, de no mínimo, 8 anos de atuação na área de planejamento, projeto, análise ou atendimento na área de turismo | 7 |
| Experiência comprovada através de contratos empregatícios e/ou social e/ou de prestação de serviço e/ou registro de trabalho autônomo, de no mínimo, 5 anos de atuação na área de planejamento, projeto, análise ou atendimento na área de turismo | 4 |
| Experiência comprovada através de contratos empregatícios e/ou social e/ou de prestação de serviço e/ou registro de trabalho autônomo, de no mínimo, 2 ano de atuação na área de planejamento, projeto, análise ou atendimento na área de turismo | 2 |

**8.8.4** Serão pontuados os atestados de execução de serviços similares ao objeto da licitação, observados os critérios estabelecidos no item 8.8.3.

**8.9 DA PONTUAÇÃO RELATIVA À COMPROVAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO DE EQUIPE TÉCNICA COMPLEMENTAR - (20 pontos)**

**8.9.1** Será pontuada a apresentação de comprovação de existência de Equipe Técnica complementar com especialistas nas áreas de Comunicação e de Design, valendo 10 pontos cada.

**8.9.2 Existência de Equipe Técnica Complementar (20 pontos)**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **COMPROVAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO DE EQUIPE TÉCNICA COMPLEMENTAR** | | **20** |
| **NT5** | Especialista da área de Comunicação | 1-Diploma (original ou cópia autenticada);  2-Registro ativo no Conselho de Classe; | **10** |
| Especialista da área de Design Gráfico | 1-Diploma (original ou cópia autenticada); | **10** |

**9 – DA PROPOSTA DE PREÇOS**

**9.1** Os preços serão apresentados em algarismos e por extenso e cotados em moeda nacional, prevalecendo, em caso de discrepância, a indicação por extenso e deverão corresponder aos preços praticados pela empresa na data de realização da licitação, englobando todas as despesas relativas ao objeto do contrato, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, remunerações, despesas fiscais e financeiras e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta licitação. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada.

**9.2** A Proposta de Preços deverá ser redigida em português, impressa por processo eletrônico, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas, em papel timbrado ou com carimbo padronizado da Licitante. Deverá ser datada e assinada na última folha, com o nome legível do signatário, responsável legal da Licitante. Deverá conter a denominação social, o endereço com CEP, telefone, “fax”, e-mail e o número desta Concorrência.

**9.3** As Licitantes deverão apresentar, dentro do Envelope “C”, duas vias da Proposta de Preços (anexo III).

**9.3.1** Os valores indicados nos documentos citados no item 9.3 deverão ser apresentados de acordo com os percentuais informados no cronograma físico- financeiro constante do TR.

**9.4** O prazo de validade da Proposta de Preços deverá ser de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

**9.5** Serão desclassificadas as Propostas de Preços que não atenderem às condições previstas acima.

**10 - PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

A Nota Técnica (NT) de cada licitante será a soma das pontuações obtidas para os itens: Conhecimento do Problema (NT1), Metodologia (NT2), Capacitação e Experiência da Proponente (NT3), Experiência da Equipe de Trabalho (NT4), Equipe Técnica Complementar (NT5), segundo a fórmula abaixo:

NT = NT1 + NT2 + NT3 + NT4 + NT5

A NOTA TÉCNICA FINAL (NTF) será o somatório resultante das notas atribuídas nos itens:

* CONHECIMENTO DO PROBLEMA – 25 PONTOS
* METODOLOGIA – 15 PONTOS
* CAPACITAÇÃO E EXPERIÊNCIA DA LICITANTE/PROPONENTE – 20 PONTOS
* EXPERIÊNCIA DA EQUIPE TÉCNICA – 20 PONTOS
* EQUIPE TÉCNICA COMPLEMENTAR - 20 PONTOS

A NOTA DE PREÇO de cada proponente será calculada a partir da seguinte fórmula:

****

Onde:

NP = NOTA DE PREÇO

MP = MENOR PREÇO GLOBAL PROPOSTO DENTRE AS LICITANTES

PP = PREÇO GLOBAL PROPOSTO PELA LICITANTE

O julgamento final levará em conta a combinação dos critérios de Proposta Técnica com o menor preço. A proponente declarada vencedora será a que apresentar a MAIOR NOTA FINAL, obtida através da seguinte fórmula:

****

Onde:

NF = NOTA FINAL

NTF = NOTA TÉCNICA FINAL

NP = NOTA DE PREÇO

**10.1** No local, dia e hora previstos neste edital, em sessão pública, deverão comparecer os licitantes, com os envelopes “A”, “B” e “C”, apresentados na forma anteriormente definida. Os licitantes se farão presentes por seus representantes legais, procuradores ou prepostos que, para tanto, deverão estar munidos da carta de credenciamento, firmada pelo representante legal da empresa, com poderes para praticar todos os atos da licitação, inclusive prestar esclarecimentos, receber notificações e se manifestar quanto à desistência de interposição de recurso.

**10.2** Nesta mesma sessão, que poderá ser realizada em mais de um dia, desde que tal se faça necessário para o completo exame dos documentos apresentados, serão recebidos os envelopes “A”, “B” e “C” de todos os licitantes presentes. Em seguida serão abertos os envelopes “A” de todos os licitantes, podendo a documentação deles constante ser examinada por todos os representantes devidamente credenciados, que a rubricarão, juntamente com os membros da Comissão de Licitação. Após a abertura dos envelopes “A”, a sessão poderá ser suspensa para julgamento da habilitação.

**10.3** No caso da sessão ser suspensa para julgamento de habilitação, os envelopes “B” e “C” serão mantidos fechados, sob a guarda da Comissão de Licitação, que os rubricará, juntamente com os licitantes presentes devidamente credenciados.

**10.4** Da sessão de recebimento dos envelopes e da abertura dos envelopes “A” será lavrada ata circunstanciada, rubricada pelos representantes credenciados. Serão considerados habilitados os licitantes que atenderem integralmente às condições previstas na cláusula 6 deste edital.

**10.5** Comunicado o resultado aos licitantes, poder-se-á passar imediatamente à abertura dos envelopes “B” – PROPOSTA TÉCNICA, desde que todos os licitantes renunciem expressamente ao direito de recorrer da decisão relativa à habilitação. Neste caso serão devolvidos aos licitantes inabilitados os envelopes “B” e “C”, fechados.

**10.6** Não ocorrendo renúncia ao direito de recorrer por parte de todos os licitantes, será designada data para abertura dos envelopes “B” – PROPOSTA TÉCNICA, observado o prazo de recurso estabelecido em lei.

**10.7** Ultrapassada a fase da habilitação, a Comissão de Licitação não mais poderá desclassificar os licitantes por motivos relacionados com a habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou conhecidos após o julgamento.

**10.8** Na data, horário e local previamente divulgado, serão abertos os ENVELOPES “B” PROPOSTAS TÉCNICAS, sendo todos os documentos rubricados pela Comissão de Licitação e pelos representantes legais das LICITANTES presentes; caso a Comissão de Licitação entenda necessário poderá ser assessorada por técnicos das demais Secretarias afetas a esta licitação.

**10.8.1** É prerrogativa da Comissão de Licitação analisar a documentação em sessão reservada, devidamente justificada, lavrando, ao final dos trabalhos, ata a ser assinada pelos membros da Comissão de Licitação e Secretarias afetas.

**10.8.2** O resultado do Julgamento das Propostas Técnicas será divulgado no site oficial do Município no caso do item 10.8.1.

**10.8.3** No caso de classificação sobre as Propostas Técnicas ou desclassificação ocorrer na sessão de abertura e desde que haja a desistência da interposição de recurso pela unanimidade das LICITANTES, poderá a Comissão de Licitação proceder a abertura dos ENVELOPES “C” PROPOSTA DE PREÇOS.

**10.9** Não ocorrendo a desistência expressa do prazo de recurso, ou transcorrido o prazo sem interposição de recurso ou após o julgamento dos recursos interpostos, a Comissão de Licitação marcará nova data, hora e local para a abertura dos ENVELOPES “C” PROPOSTA DE PREÇOS.

**10.9.1** Os ENVELOPES “C” PROPOSTA DE PREÇOS serão devolvidos lacrados e inviolados após a desistência unânime da interposição dos recursos ou o julgamento dos recursos interpostos, às LICITANTES desclassificadas na fase de julgamento das Propostas Técnicas.

**10.9.2** Serão desclassificadas as propostas que não atenderem, no todo ou em parte, às disposições deste edital, aquelas com preço excessivo e aquelas que tiverem preço manifestamente inexequível.

**10.9.3** Havendo dúvida sobre a exequibilidade de uma ou mais propostas, fixará a Comissão prazo não inferior a 72 (setenta e duas) horas para que o(s) licitante(s) comprove(m) a viabilidade de seus preços, solicitando-lhe(s) a composição dos preços unitários.

**10.10** Havendo duas ou mais licitantes com classificação igual, o desempate far-se-á por sorteio, em ato público, para a qual todas as licitantes serão convocadas.

**10.11** Na hipótese de inabilitação ou desclassificação de todas as licitantes, e a critério da Comissão de Licitação, poderá ser concedido o prazo de 08 (oito) dias úteis para que as licitantes apresentem nova documentação ou novas propostas, sanadas as causas que motivaram a inabilitação ou desclassificação.

**10.12** Em sendo declarada vencedora do certame microempresa ou empresa de pequeno porte com débitos fiscais, ficará assegurado, a partir de então, o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativas, prorrogável por igual período a critério da Comissão de Licitação. Aguardar-se-ão os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal.

**10.13** A prorrogação do prazo deverá sempre ser concedida pela Comissão de Licitação quando requerida pelo licitante, exceto quando exista urgência na contratação ou prazo insuficiente para a emissão da Nota de Empenho, devidamente justificados.

**10.14** A não regularização da documentação no prazo previsto na cláusula 10.12 implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei Federal n.º 8.666/93, sendo facultado a Comissão convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

**10.15** Os atos decisórios da Comissão de Licitação, bem como a divulgação do resultado deste processo licitatório, a interposição e o julgamento de recursos serão publicados no site oficial da Prefeitura.

**10.16** Após divulgação do resultado final e ultrapassados os prazos de recursos cabíveis na fase de julgamento, processo licitatório será encaminhado ao COORDENADOR DO NITERÓI DE BICICLETA para a devida homologação e adjudicação do objeto à LICITANTE vencedora.

**10.17** Os licitantes ficam obrigados a manter a validade da proposta por 60 (sessenta) dias, contados da data da sua entrega.

**10.18** Se por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, ou seja, 60 (sessenta) dias, e caso persista o interesse da (o) Secretaria Executiva este poderá solicitar a prorrogação da validade da proposta por igual prazo.

**10.19** É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

**10.20** A critério da Comissão de Licitação, poderão ser relevados erros ou omissões formais, de que não resultem prejuízo para o entendimento das propostas.

**11 - DA ADJUDICAÇÃO**

**11.1** Uma vez homologado o resultado da licitação pelo COORDENADOR DO NITERÓI DE BICICLETA será o licitante vencedor convocado, por escrito, com uma antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, para assinatura do contrato.

**11.2** Deixando o adjudicatário de assinar o contrato no prazo fixado, poderá a COORDENADORIA NITERÓI DE BICICLETA, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas ao faltoso, convocar os licitantes remanescentes que tiverem sido habilitados, na respectiva ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado**.**

**12 - DO PRAZO**

**12.1** O prazo de vigência do contrato será de 8 (oito) meses, contados a partir da emissão da Autorização de Início, desde que posterior à data de publicação do extrato deste instrumento no D.O., valendo a data de publicação do extrato como termo inicial de vigência, caso posterior à data convencionada nesta cláusula.

**12.2.** O Prazo para entrega do objeto será de 7 (sete) meses, contados a partir da data de início da vigência contratual.

**12.2** O prazo contratual poderá ser prorrogado, observando-se o limite previsto no §1 do art. 57, da Lei n.º 8.666/93, desde que a proposta da CONTRATADA seja mais vantajosa para o CONTRATANTE.

**13 - DA GARANTIA**

**13.1** Exigir-se-á do licitante vencedor, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data da assinatura do contrato, uma garantia, a ser prestada em qualquer modalidade prevista pelo § 1º, art. 56 da Lei n.º 8.666/93, da ordem de 5 % (cinco por cento) do valor do contrato, a ser restituída após sua execução satisfatória.

**13.2** A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

**13.3** Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, via aditivo contratual ou reajuste, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 48h (quarenta e oito horas), para que seja mantido o percentual de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.

**13.4** Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

**14 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**14.1** Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, por meio de crédito em conta corrente do Banco Oficial do Município de Niterói, cujo número e agência deverão ser informados pelo adjudicatário até a assinatura do contrato.

**14.2** No caso do contratado estar estabelecido em localidade que não possua agência do Banco Oficial do Município de Niterói, o pagamento poderá ser efetuado no Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal, cujo número e agência deverão ser informados pelo adjudicatário até a assinatura do contrato.

**14.3** A CONTRATADA deverá encaminhar a fatura para pagamento à Coordenadoria Niterói de Bicicleta, sito à Rua Visconde de Sepetiba, 987/13° Andar, acompanhada de comprovante de recolhimento mensal do FGTS e INSS relativa à mão de obra empregada no contrato.

**14.4** O pagamento será realizado no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data final do período de adimplemento de cada parcela.

**14.5** Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestada pelo(s) agente(s) competente(s).

**14.6**  Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da CONTRATADA, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

**14.7** Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à CONTRATADA, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGPM e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês *pro rata die.*

**15** - **ACEITAÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL**

**15.1**  O objeto contratual será recebido na forma prevista no art. 73 da Lei n.º 8.666/93 e na cláusula sétima da minuta de contrato (Anexo XII) dispensado o recebimento provisório nas hipóteses previstas no art. 74 da referida lei.

**15.2** O recebimento provisório ou definitivo do objeto do Contrato não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução do Contrato.

**15.3** Salvo se houver exigência a ser cumprida pelo contratado, o processamento da aceitação provisória ou definitiva deverá ficar concluído no prazo de 30 dias úteis, contados da entrada do respectivo requerimento no protocolo da repartição interessada.

**16 - DAS PENALIDADES**

**16.1**  A recusa da adjudicatária em assinar o contrato no prazo estipulado no Edital, bem como a inexecução, total ou parcial do contrato, a execução imperfeita, a mora na execução, ou qualquer impedimento ou infração contratual da CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, ficando sujeita às seguintes sanções previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93:

a-) advertência;

b-) multa de até 5% sobre o valor do contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta.

c-) suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, conforme artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

**16.2**  A imposição das penalidades é de competência exclusiva do CONTRATANTE.

**16.3** A sanção prevista na alínea b desta Cláusula poderá ser aplicada cumulativamente a outra.

**16.4** A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

**16.5** A multa administrativa prevista na alínea b não tem caráter compensatório, não eximindo a CONTRATADA do pagamento por perdas e danos em relação às infrações cometidas.

**16.6** A aplicação da sanção prevista na alínea d é de competência exclusiva do(a) Exmo(a) Prefeito de Niterói e dos Secretários Municipais, devendo ser precedida de defesa do interessado, no prazo de 10 (dez) dias.

**16.7** O prazo da suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade.

**16.8**  O valor da multa será pago diretamente ou descontado das próximas faturas.

**16.9** Nos casos em que o valor da multa for descontado da caução que tenha sido prestada, o valor desta deverá ser recomposto no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

**16.10** Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada administrativa ou judicialmente.

**16.11** O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a contratada à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas.

**16.12** A aplicação de qualquersanção administrativa prevista neste itemdeverá observar os princípios da ampla e prévia defesa, contraditório e proporcionalidade.

**16.13** Os licitantes, adjudicatários e contratados ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública do Município de Niterói, enquanto perdurarem os efeitos das sanções de:

a) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar imposta pelo Município de Niterói, suas Autarquias ou Fundações (art. 87, III da Lei n° 8.666/93);

b) impedimento de licitar e contratar imposta pelo Município de Niterói, suas Autarquias ou Fundações (art. 7° da Lei n° 10.520/02); (redação para edital de pregão);

c) declaração de inidoneidade para licitar e contratar imposta por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal (art. 87, IV da Lei n° 8.666/93).

**17 - DOS RECURSOS**

**17.1**  Os recursos das decisões da Comissão de Licitação serão apresentados por escrito, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato ou data de lavratura de qualquer das atas, conforme o caso, e dirigidos ao Coordenador do Niterói de Bicicleta Reconsiderando ou não sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará a Comissão de Licitação o recurso à autoridade superior, que a ratificará ou não, de forma fundamentada.

**17.2** A Comissão de Licitação dará ciência dos recursos aos demais licitantes, que poderão impugná-los no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

**17.3** Os recursos contra as decisões relativas à habilitação ou inabilitação do licitante, ou contra o julgamento da proposta de preços, terão efeito suspensivo.

**17.4** A intimação dos atos referidos nas alíneas *a*, *b*, *c* e *e* do inciso I do art. 109, da Lei Federal nº 8.666/93 será feita mediante publicação no Diário Oficial do Município, salvo para os casos de habilitação ou inabilitação dos licitantes e julgamento das propostas, se presentes os prepostos de todos os licitantes no ato em que for adotada a decisão, hipótese em que poderá ser feita por comunicação direta aos interessados.

**18 – DISPOSIÇÕES FINAIS**

**18.1** A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiro, de acordo com o art. 49 da Lei n.º 8.666/93, assegurado o direito de defesa sobre os motivos apresentados para a prática do ato de revogação ou anulação.

**18.2** O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto no art. 65, § 1º e 2º da Lei n.º 8.666/93.

**18.3** Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

**18.4** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**18.5** Quando da homologação do resultado do certame, e desde que não haja recurso administrativo pendente, ação judicial em curso ou qualquer outro fato impeditivo, os licitantes inabilitados deverão ser notificados a retirar os envelopes de PROPOSTAS DE PREÇOS, no prazo de 30 dias do recebimento da comunicação. Se houver recusa expressa ou tácita dos interessados, a Comissão de Licitação ou o agente público competente estará autorizado a inutilizar os envelopes.

**18.6** Acompanham este instrumento convocatório os seguintes anexos:

Anexo I - Termo de Referência do Objeto.

Anexo I.A – Projeto Conceitual para o Plano Municipal de Cicloturismo

Anexo I.B – Planta da rede cicloviária do município de Niterói

Anexo I.C – Caracterização dos Circuitos e Rotas de Cicloturismo

Anexo I.D – Biblioteca de referências

Anexo I.E – Mapa da Área de Projeto

Anexo I.F – Metodologia de levantamento qualitativo da malha cicloviária

Anexo II – Modelo de Declaração da Condição de ME ou EPP.

Anexo III – Modelo Proposta de Preço.

Anexo IV – Modelo de Declaração de cumprimento do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

Anexo V – Declaração de não contribuinte de ISS e Taxas Municipais

Anexo VI – Modelo de Declaração de Idoneidade.

Anexo VII – Modelo de Declaração de Superveniência.

Anexo VIII – Modelo de Declaração de Optante pelo Simples.

Anexo IX – Atestado de Visita Técnica.

Anexo X – Atestado de Renúncia à Visita Técnica

Anexo XI – Modelo de Carta de Credenciamento

Anexo XI – Minuta de Contrato.

**18.7** Os casos omissos serão resolvidos pela autoridade superior, observados os princípios que informam a atuação da Administração Pública.

**18.8.** Ficam os licitantes sujeitos às sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis caso apresentem, na licitação, qualquer declaração falsa que não corresponda à realidade dos fatos.

**18.9** O foro da comarca de Niterói é designado como o competente para dirimir quaisquer controvérsias relativas a esta licitação e à adjudicação, contratação e execução dela decorrentes.

Niterói, 01 de fevereiro de 2023

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Filipe Augusto Pereira Simões

Coordenador do Niterói de Bicicleta

Secretaria Municipal de Urbanismo e Mobilidade

**ANEXO 1 - TERMO DE REFERÊNCIA**

**“ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS PARA A IMPLANTAÇÃO, COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DAS ROTAS DE CICLOTURISMO DO MUNICÍPIO DE NITERÓI”**

**1. APRESENTAÇÃO**

O presente documento consiste no Termo de Referência para a contratação **de empresa especializada para a elaboração de estudos e projetos para a implantação, comunicação e divulgação das rotas de cicloturismo do município de Niterói**, consistindo no desenvolvimento de Diagnóstico e Prognóstico, Projeto de Sinalização Direcional e Informativa, Programação Visual, Elaboração de Mapas, Folder, Guia Físico e Virtual de Cicloturismo e Desenvolvimento de Plataforma Digital (sítio web).

Esta contratação deriva das conclusões e diretrizes do Projeto Conceitual para o Plano Municipal de Cicloturismo, elaborado no primeiro semestre do ano de 2021 com a colaboração de diversos atores do setor público, da sociedade civil, academia e setor privado e que estabeleceu diretrizes e insumos para o desenvolvimento do Cicloturismo no município de Niterói. O Projeto foi coordenado pela Coordenadoria Niterói de Bicicleta (CONB) e contou com a participação de órgãos como a [Niterói Empresa de Lazer e Turismo](http://visit.niteroi.br/institucional/) (Neltur), Secretaria Municipal do Clima (SECLIMA), Projeto de Pós-Graduação em Turismo da Universidade Federal Fluminense (PPGTUR-UFF) e o Núcleo de Planejamento Estratégico de Transportes e Turismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Planett - Coppe/UFRJ).

Em 2022 foi lançado pela Coordenadoria Niterói de Bicicleta (CONB) da Prefeitura Municipal de Niterói, no âmbito das ações de incentivo ao Cicloturismo, o Selo Niterói Amigo da Bicicleta. A iniciativa de criação do selo tem como finalidade o reconhecimento aos estabelecimentos públicos e privados que ofereçam facilidades e benefícios aos ciclistas e busca incentivar a adoção de práticas e disponibilização de serviços de suporte à bicicleta e seus usuários. O Selo foi a primeira ação decorrente do Projeto Conceitual para o Plano de Cicloturismo implementada no Município de Niterói.

Alguns dos impactos esperados decorrentes da contratação em pauta são o desenvolvimento do turismo sustentável por bicicleta em Niterói, o estímulo à cultura da bicicleta no município, o desenvolvimento econômico e da economia local através do estímulo à novos negócios relacionados ao turismo de bicicleta, o aumento da visibilidade do município de Niterói e a consequente atração de investimentos, além da valorização do patrimônio natural, histórico e cultural do município.

**2. JUSTIFICATIVA**

A implementação de medidas voltadas para o desenvolvimento do cicloturismo no município de Niterói é uma das metas do Planejamento Estratégico *Niterói Que Queremos 2013-2033*.

A cidade de Niterói possui um reconhecido potencial para o cicloturismo. Esta prática em seu sentido mais amplo, que inclui o cicloturismo urbano e de fim de semana, já é realizada por uma considerável parcela da população de Niterói e de visitantes.

O cicloturismo, de acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, 2007), é categorizado fundamentalmente como toda viagem ou atividade do turismo que utiliza a bicicleta como principal meio de transporte.

É considerado uma atividade sustentável, que causa mínimos impactos no meio ambiente e na comunidade local por não ser poluente, não utilizar um transporte barulhento e não prejudicar a flora e fauna local, e por ter nos recursos naturais e culturais o seu principal atrativo.

O cicloturismo também pode trazer inúmeros impactos positivos para a economia local, servindo como uma alternativa econômica de baixo impacto ambiental e sociocultural, além de contribuir com a valorização e conservação do patrimônio natural e histórico-cultural local.

Criada em 2013 e consolidada através do decreto 13.899/2021, a Coordenadoria Niterói de Bicicleta tem como um de seus principais pilares de atuação a ampliação e melhoria da malha cicloviária no Município. O órgão atua também nas frentes de promoção da infraestrutura, educação e cultura da bicicleta. A promoção do cicloturismo é uma das atividades que fazem parte da atuação da CONB.

Não se pode dissociar o cicloturismo urbano da discussão sobre mobilidade nas cidades. Para o desenvolvimento do turismo no setor são necessários infraestrutura, segurança, atratividade e roteiros planejados. Importante destacar os principais pontos para o desenvolvimento do cicloturismo, que são: ter uma infraestrutura voltada ao ciclismo, um número expressivo de ciclorrotas - que precisam ser seguras, conectadas, confortáveis e atrativas, sinalização; divulgação do destino ciclístico (através de site, aplicativo, folders e mapas turísticos); serviços voltados ao ciclismo (locação de bicicletas, mecânico, pontos de informação, locais de descanso); meios de hospedagem bike-friendly, atrativos, eventos voltados ao cicloturismo.

Niterói definiu as diretrizes para o desenvolvimento do cicloturismo através do projeto conceitual para o Plano de Cicloturismo, publicado em 2021. Este Termo de Referência pretende dar encaminhamento às ações previstas por este documento.

Tendo em vista as características de objeto técnico e decorrente de trabalho intelectual de alta complexidade, o presente Termo de Referência não trata da contratação de bens ou serviços comuns, na definição dada pela lei 8.666/1993. Por este motivo, pretende-se que a modalidade de licitação seja do tipo Técnica e Preço a fim de buscar a conjugação de parâmetros de experiência técnica e melhor preço dos licitantes.

**3. OBJETIVOS**

A contratação dos presentes serviços tem por objetivo a **Elaboração de estudos e projetos para a para a implantação, comunicação e divulgação das rotas de cicloturismo do Plano de Cicloturismo do Município de Niterói** de modo a oferecer e estimular a população e os visitantes a usar este modal de transporte sustentável para fazer o turismo na cidade, através do fornecimento de informações e meios seguros para o uso da bicicleta; ampliar o rol de atividades e atrativos de caráter turístico, proporcionando aos moradores e aos turistas a oportunidade de lazer e conhecimento de forma sustentável sobre a cidade de Niterói; aumentar os deslocamentos realizados por bicicletas.

A contratação da elaboraçãoda **Elaboração de estudos e projetos para a para a implantação, comunicação e divulgação das rotas de cicloturismo do Plano de Cicloturismo do Município de Niterói** se insere nos objetivos da Coordenadoria Niterói de Bicicleta (CONB) de estímulo ao Cicloturismo no município, constando no Plano Estratégico *Niterói Que Queremos*.

**4. OBJETO**

Contratação **de empresa especializada para a elaboração de estudos e projetos para a implantação, comunicação e divulgação das rotas de cicloturismo do município de Niterói**, consistindo no desenvolvimento de diagnóstico e prognóstico, projeto de sinalização direcional e informativa, programação visual, elaboração de mapas, guia físico e virtual de cicloturismo e desenvolvimento de plataforma digital (sítio web), acompanhados das planilhas orçamentárias, memoriais, cronograma físico financeiro e demais informações necessárias para atingir a perfeita compreensão dos projetos a serem realizados e a futura produção e implantação dos elementos previstos.

**5. ESCOPO DOS SERVIÇOS**

A elaboração de estudos e projetos para a implantação, comunicação e divulgação das rotas de cicloturismo do município de Niterói consiste de diagnóstico e prognóstico, projeto de sinalização direcional e informativa, programação visual, elaboração de mapas, guia físico e virtual de cicloturismo e desenvolvimento de plataforma digital (sítio web) e demais informações necessárias para atingir a perfeita compreensão dos projetos a serem realizados e a futura produção e implantação dos elementos previstos.

Os estudos e projetos que serão desenvolvidos deverão basear-se no conteúdo, diretrizes e traçados definidos por este termo de referência e seus anexos, além das informações colhidas e processadas pela contratada durante as fases de diagnóstico e prognóstico que incluirão reuniões setoriais e participativas, que somarão informações àquelas já levantadas como insumo para o Projeto Conceitual para o Plano Municipal de Cicloturismo. A contratada deverá proceder aos demais levantamentos de dados secundários e em campo, necessários ao perfeito cumprimento dos objetivos.

A **Área de Projeto**, apresentada no **ANEXO 3** e **ANEXO 5** é definida como o conjunto de vias que comporão os circuitos e as rotas que serão definidas e desenvolvidas pela CONTRATADA. A designação da área de projeto foi realizada através da análise preliminar dos insumos do Projeto Conceitual supracitado, utilizando-se da relação de atrativos turísticos, malha cicloviária existente e pontos de interesse para a definição das vias que comporão os circuitos e as rotas.

Foram levadas em conta ainda a rede cicloviária, rodoviária urbana e rural, as condições de segurança viária, acessibilidade, conforto e atratividade em vias adequadas ao fluxo proposto, com conflito de usos minimizados.

Todas as vias que constam na área de projeto deverão compor ao menos um circuito ou rota de cicloturismo, sem limite máximo de sobreposição de rotas, desde que devidamente comunicado e identificado.

Os produtos desenvolvidos deverão atender os parâmetros descritos no Projeto Conceitual para o Plano Municipal de Cicloturismo, e a legislação brasileira vigente, de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), o Manual de Sinalização Vertical Indicativa do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), e o Guia Brasileiro de Sinalização Turística, elaborado pela EMBRATUR, IPHAN E DENATRAN, com padrões reconhecidos nacional e internacionalmente.

Qualquer proposta de alteração do padrão existente para os elementos constantes nestes Manuais deverá ser submetida à aprovação da fiscalização do contrato.

**6. PRODUTOS**

Os produtos a serem entregues pela empresa contratada como parte dos estudos e projetos para a implantação, comunicação e divulgação das rotas de cicloturismo do município de Niterói são:

**PRODUTOS DE ESTUDOS:**

E01 Diagnóstico de cicloturismo

E02.1 Prognóstico - Definição dos circuitos e rotas

E02.2 Prognóstico - Desenvolvimento dos circuitos e rotas

**PRODUTOS DE PROJETO:**

PE 01 Projeto de Identidade visual e layout

PE 02 Projeto de Sinalização Direcional e Informativa

PE 03 Elaboração de Guia de cicloturismo

PE 04 Folder com mapa de Cicloturismo

PE 05 Plataforma digital (sítio web)

**7. DETALHAMENTO DOS PRODUTOS**

**7.1. ETAPA DE ESTUDOS**

**E01 Diagnóstico de cicloturismo**

O diagnóstico terá por finalidade produzir insumos para as etapas subsequentes. Deverão ser realizadas, para toda a extensão da área de projeto:

* Levantamento de campo de informações de dimensionamento viário e tomada de fotografias georreferenciadas em todas as vias da área de projeto indicando tipologia da via, perfil transversal, pontos de conflito entre modais de transporte, patologias construtivas, peculiaridades locais, entre outras informações;
* Levantamento qualitativo da malha cicloviária nas vias da área de projeto que possuam infraestrutura cicloviária, adotando a metodologia que consta no ANEXO 6;
* Levantamento da malha cicloviária projetada nas vias da área de projeto;
* Reuniões com órgãos envolvidos na gestão do território, atores da sociedade civil, universidade e iniciativa privada cuja atuação relacione-se com o objeto e a área trabalhada;
* Ao menos uma reunião participativa com chamada aberta para a qual deverá ser desenvolvida, pela contratada, metodologia de comunicação e participação;
* Levantamento de pontos de interesse paisagístico e cultural e potencialidades turísticas ao longo da área de projeto e adjacências através de revisão bibliográfica e dos dados das reuniões externas;
* Pesquisa de referências de rotas, circuitos, guias e plataformas de cicloturismo em cidades brasileiras e do exterior;
* Levantamento da altimetria ao longo de toda a extensão da área de projeto utilizando equipamento de Geolocalização.

O produto da fase de diagnóstico será consolidado em relatórios, mapas, atas e planilhas e entregue em formato impresso e digital editável.

**E02.1. Prognóstico - Definição dos circuitos e de rotas**

A Contratada deverá desenvolver e apresentar, com base nos dados obtidos no diagnóstico, a relação dos circuitos e das rotas de cicloturismo que serão desenvolvidas nas fases posteriores. Serão apresentadas nesta etapa para validação da fiscalização o trajeto em relação à área de projeto, a nomenclatura de cada circuito e de cada rota, e demais informações tais quais o tempo estimado de percurso e grau de dificuldade.

Os CIRCUITOS serão definidos como agrupamentos temáticos de rotas com o objetivo de gerar visibilidade, legibilidade, identidade e facilitar a divulgação das rotas.

As ROTAS serão definidas como: Trajeto ligando mais de uma atração a ser percorrido de bicicleta, de forma sequencial, com duração (tempo de deslocamento + tempo de visita) entre 2 e 8 horas.

A definição dos circuitos e das rotas deverá fundamentar-se nos potenciais cicloturisticos de cada parcela da Área de Projeto indicada nos **ANEXOS 3 e 5**. Os pontos de interesse e as potencialidades turísticas serão agrupados visando a criação de rotas interconectadas que poderão possuir trechos intercambiáveis.

O produto da fase de diagnóstico será consolidado em relatório e mapas das rotas e circuitos entregues em formato impresso e digital editável.

**E02.2 Prognóstico - Desenvolvimento dos circuitos e rotas**

A etapa de desenvolvimento utilizará os dados condensados no diagnóstico aplicados aos circuitos e rotas aprovados. Esta etapa consiste em:

* Consolidação da lista georreferenciada dos pontos de parada, de interesse, da altimetria dos circuitos e rotas, indicando a seleção de pontos que comporão a relação final;
* Elaboração de metodologia de comunicação dos trajetos para auto guiamento;
* Levantamento dos trajetos (navegação) e do conteúdo específico por rota que será desenvolvido graficamente nas fases de projeto;
* Apresentação do formato e da metodologia de comunicação e informação de cicloturismo, dos circuitos e rotas;
* Elaboração das recomendações de tratamento viário e urbanístico para melhoria da segurança do ciclista ao longo de todos os circuitos.

O produto da fase de desenvolvimento dos circuitos e rotas será consolidado em relatório e mapas das rotas e circuitos entregues em formato impresso e digital editável.

**7.2 ETAPA DE PROJETO**

Os projetos de implantação, comunicação e divulgação das rotas de cicloturismo deverão ser desenvolvidos tomando como premissas a legibilidade, atratibilidade, integração harmônica à paisagem urbana e natural, valorização do patrimônio natural, histórico e cultural do município e originalidade do design das peças e elementos de sinalização. Seguem abaixo listadas as entregas da etapa de projeto:

**PE 01 Projeto de Identidade Visual e Layout**

Elaboração de projeto de Identidade Visual para os Circuitos de Cicloturismo de Niterói a ser utilizada em todo o conjunto da comunicação visual gráfica impressa e virtual, bem como na sinalização direcional e informativa. O desenvolvimento da identidade visual deve ser realizado em comum acordo com a Fiscalização, a Assessoria de Comunicação da Prefeitura Municipal de Niterói (ASCOM) e garantindo a harmonia e integração com as marcas já existentes da prefeitura. A Identidade Visual será a linguagem com a qual a PMN comunicará graficamente o cicloturismo do município, de acordo com sua identidade e o conceito de seu símbolo. Ela será composta por códigos visuais – signos que identificam a instituição e a cidade e seu potencial cicloturístico, como símbolos, sinais de apoio, tipografia, cores institucionais – e exemplos de aplicações capazes de criar registros físicos do símbolo, como sua aplicação na papelaria institucional. Quanto à escolha do símbolo/logotipo que será adotado, a contratada deverá apresentar, ao menos, três propostas, das quais a contratante aprovará a versão final.

Deverão ser apresentadas:

* Logotipo do projeto integrado com cada circuito e cada rota;
* Manual de identidade visual contemplando os seguintes núcleos da identidade (elementos principais e secundários):
* Estrutura: construção, elementos básicos, área de proteção;
* Escala: redução mínima, versões ampliadas, enquadramentos especiais;
* Comportamento cromático: positivo/ negativo, colorido/ cinza/ monocromático;
* Recomendações de posicionamento e de uso;
* Cores oficiais e paleta de cores;
* Elementos gráficos de apoio;
* Tipografia;
* Famílias tipográficas oficiais;
* Hierarquias básicas de texto;
* Diagrama: uso do campo visual e posicionamento dos elementos institucionais;
* Possíveis Aplicações;
* Estabelecer padronização da utilização do símbolo e diagramação em documentos, prevendo o uso em documentos oficiais que externam os atos praticados pelo órgão, comunicados, relatórios gerenciais, projetos, editais, outros;
* Aplicação da marca nas peças impressas e virtuais;
* Projeto de layout das peças de comunicação;

O produto da fase de desenvolvimento dos circuitos e rotas será consolidado em relatório de entrega impresso e digital e arquivos digitais no formato .pdf (rasterizado em formato grande) e .ai (vetorizado).

**PE 2 Projeto de sinalização direcional e informativa**

Projeto de sinalização direcional e informativa destinados à comunicar e auxiliar no auto guiamento dos ciclistas ao longo dos circuitos e rotas, bem como a indicação dos principais destinos. Deverá ser desenvolvido adotando a metodologia de comunicação dos trajetos para auto guiamento desenvolvida na etapa anterior.

Segundo o guia EMBRATUR; DENATRAN; IPHAN, 2001, p. 20, a sinalização de orientação turística é “a comunicação efetuada por meio de um conjunto de placas de sinalização, implantadas sucessivamente ao longo de um trajeto estabelecido, com mensagens escritas ordenadas, pictogramas e setas direcionais

Deverão ser desenvolvidos placas e totens com design original adotando as premissas:

* Legalidade, apoiada no Código de Trânsito Brasileiro (CTB), Conselho Nacional de Trânsito (Contran) e órgãos de patrimônio;
* Padronização;
* Visibilidade, legibilidade e segurança;
* Suficiência;
* Continuidade e coerência das mensagens;
* Atualidade e valorização;
* Facilidade de manutenção e conservação;
* Adequação à escala do ciclista;
* Não oferecer riscos ou prejuízos à acessibilidade.

Serão desenvolvidos para:

Totens indicativos de início, término ou ponto de parada:

* Projeto de Design dos Totens contendo plantas, detalhes construtivos, especificações de materiais em quantidade suficiente para a execução do objeto, apresentados impressos e digitais em formato .pdf e em formato editável;
* Projeto de layout do conteúdo apresentando as informações que constarão no mobiliário;
* Plantas de locação de cada tótem.

Placas de Sinalização direcional

* + Projeto de Design original das placas de sinalização direcional contendo plantas, detalhes construtivos, especificações de materiais em quantidade suficiente para a execução do objeto, apresentados impressos e digitais em formato .pdf e em formato editável;
  + Projeto de layout do conteúdo apresentando as informações que constarão no mobiliário;
* Plantas de locação de todas as placas de sinalização direcional.

A contratada deverá entregar termo de referência e memorial descritivo contendo todas as informações necessárias para a posterior contratação e execução do objeto.

Todos os produtos desta etapa deverão ser entregues impressos e digitais em formato .pdf e em formato editável.

**PE 4 Elaboração de Guia de Cicloturismo**

Produção do conteúdo textual, gráfico e fotográfico, diagramação e editoração do Guia de Cicloturismo do município de Niterói que será disponibilizado ao público final de forma digital e impressa contendo:

* Apresentação e contextualização;
* Detalhamento de todos os circuitos de cicloturismo contendo apresentação, rotas e mapa indicativo do circuito;
* Detalhamento de todas as rotas de cicloturismo contendo informações para auto guiamento lista de atrativos, altimetria, mapa indicativo da rota, integração com outras rotas, pontos de interesse e demais informações ao turista;
* Resumo e apresentação de todos os atrativos e pontos de interesse que integram os circuitos e rotas;
* Dicas e orientações sobre o cicloturismo urbano e o uso seguro da bicicleta;
* Listagem dos detentores do Selo Niterói Amigo da Bicicleta;
* Mapa geral contendo circuitos, rotas, infraestrutura cicloviária, paraciclos, bicicletários e detentores do Selo Niterói Amigo da Bicicleta.

O guia será preparado em formato A5 (148mm x 210mm) e terá entre 30 e 50 páginas de conteúdo.

A contratada deverá entregar termo de referência e memorial descritivo contendo todas as informações necessárias para a posterior contratação e execução do objeto.

Todos os produtos desta etapa deverão ser entregues digital em formato .pdf e em formato editável.

**PE 04 Folder com Mapa de Cicloturismo**

Produção do conteúdo textual, gráfico e fotográfico, diagramação de folder contendo mapa de cicloturismo a ser disponibilizado ao público final de forma digital e impresso.

O folder deverá conter:

* Mapa geral de cicloturismo contendo circuitos, rotas, infraestrutura cicloviária, paraciclos, bicicletários e detentores do Selo Niterói Amigo da Bicicleta em formatação amigável, legível e de design contemporâneo;
* Dicas e orientações sobre o cicloturismo urbano e o uso seguro da bicicleta;
* Listagem dos detentores do Selo Niterói Amigo da Bicicleta;
* Resumo de todos os circuitos de cicloturismo contendo apresentação, rotas;
* Resumo de todas as rotas de cicloturismo contendo informações para auto guiamento lista de atrativos, altimetria, mapa da rota, integração com outras rotas, pontos de interesse e demais informações ao turista;

O mapa será preparado no formato A1 (594mm x 841mm), prevendo dobras e vincos de forma permitir o fácil manuseio pelo usuário.

Todos os produtos desta etapa deverão ser entregues digital em formato .pdf e em formato editável.

**PE 05 Plataforma digital (sítio web)**

Criação e desenvolvimento de plataforma digital (sítio web) para divulgação de todas as informações, projetos, iniciativas e planos relacionados às modalidades de uso da bicicleta na cidade de Niterói: Turismo, mobilidade, lazer, educação, desenvolvimento socioeconômico, ativismo e esporte. A plataforma deverá conter informações relativas à Coordenadoria Niterói de Bicicleta, as ações desenvolvidas pelo órgão, junto com as respectivas informações do projeto de cicloturismo do município de Niterói e conter mecanismo para a atualização periódica a ser realizado pelos funcionários da pasta de forma simples, intuitiva e acessível.

A criação e desenvolvimento de plataforma digital (sítio web) tem como objetivo a comunicação e transparência ampla das ações Coordenadoria Niterói de Bicicleta, em particular quanto às rotas de Cicloturismo no município de Niterói, de forma a garantir o controle social, a participação e a efetividade do projeto.

O portal deverá conter web templates pré-definidos, devidamente configurados para serem utilizados no portal. Um web template é um modelo, um "layout" ou "vestimenta" de uma página - sem conteúdo. Um template pode ser composto por arquivos como PHP, HTML, XML, CSS, JS e imagens que combinadas, definem o visual da página e a configuração de como serão exibidas as colunas, cores, fontes, parágrafos e outros.

O novo web site deverá ser responsivo, com layout personalizado, e deverá possuir integração com as Redes Sociais da Coordenadoria Niterói de Bicicleta e com sistema de gerenciamento de conteúdo, gerenciamento de usuários com permissão de acesso (login e senha).

Todos os elementos do *backend (*infraestrutura) devem ser compatíveis com o sistema de hospedagem em uso pela Prefeitura Municipal de Niterói à época da elaboração do projeto.

Todos os produtos desta etapa deverão ser entregues digital em formato .pdf, além do conjunto de todos os arquivos necessários para a implementação da plataforma no servidor.

**8. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ITENS** | | **UNIDADE** | **QTD** | **VALOR UNITÁRIO** | **VALOR TOTAL** |
| PRODUTOS DE ESTUDOS | | | | | |
| E01 | Diagnóstico de cicloturismo | un | 1 | R$ 65.825,73 | R$ 65.825,73 |
| E02.1 | Prognóstico - Definição dos circuitos e rotas | km | 90,53 | R$ 31.859,65 | R$ 31.859,65 |
| E02.2 | Prognóstico - Desenvolvimento dos circuitos e rotas | km | 90,53 | R$ 50.290,86 | R$ 50.290,86 |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| PRODUTOS DE PROJETOS | | | | | |
| PE01 | Projeto de identidade visual e layout | un | 1 | R$ 10.532,12 | R$ 10.532,12 |
| PE02 | Projeto de sinalização direcional e informativa | km | 90,53 | R$ 26.330,29 | R$ 26.330,29 |
| PE03 | Elaboração de guia de cicloturismo | un | 1 | R$ 12.638,54 | R$ 12.638,54 |
| PE04 | Folder com mapa de cicloturismo | un | 1 | R$ 8.425,69 | R$ 8.425,69 |
| PE05 | Plataforma digital (sítio web) | un | 1 | R$ 10.532,12 | R$ 10.532,12 |
| **TOTAL** | | | | | **R$ 216.435,00** |

**9. CRONOGRAMA**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **CRONOGRAMA** | | | | | | | | | |
| **ETAPAS** | | Mês 1 | Mês 2 | Mês 3 | | Mês 4 | Mês 5 | Mês 6 | Mês 7 |
| FASE DE ESTUDOS | | | | | | | | | |
| E01 | Diagnóstico | x | x | X | |  |  |  |  |
| E02.1 | Prognóstico - Definição dos circuitos e rotas |  |  |  |  | X |  |  |  |
| E02.2 | Prognóstico - Desenvolvimento dos circuitos e rotas |  |  |  |  | X |  |  |  |
| FASE DE PROJETOS | | | | | | | | | |
| PE 01 | Identidade visual e layout |  |  |  |  | X |  |  |  |
| PE 02 | Sinalização Direcional e Informativa |  |  |  | |  |  |  | X |
| PE 03 | Elaboração de Guia de cicloturismo |  |  |  | |  |  |  | X |
| PE 04 | Folder com mapa de Cicloturismo |  |  |  | |  |  |  | X |
| PE 05 | Plataforma digital |  |  |  | |  |  |  | X |

**8. PRAZO DE ENTREGA**

Contados a partir da assinatura do Contrato entre as partes, o prazo para entrega dos produtos será de até 7 (sete) meses e o prazo de vigência de contrato será de 8 (oito meses), considerando o prazo para recebimento definitivo do objeto.

**9. GARANTIA**

Exigir-se-á do licitante vencedor, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data da assinatura do contrato, uma garantia, a ser prestada em qualquer modalidade prevista pelo § 1º, art. 56 da Lei n.º 8.666/93, da ordem de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a ser restituída após sua execução satisfatória.

A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, para que seja mantido o percentual de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.

Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

**10. FORMA DE PAGAMENTO**

A medição será mensal e realizada mediante a entrega dos produtos, com os elementos necessários para a validação e aprovação da fiscalização.

**11. RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS**

Durante o desenvolvimento dos projetos, deverão ser entregues ao final de cada mês Relatórios Mensais de Andamento, que terão a finalidade de permitir o acompanhamento sistemático das atividades, assim como permitir a validação das propostas e soluções desenvolvidas, contendo uma descrição resumida do realizado no período, cronograma físico-financeiro (subdividido por entregas específicas) com as percentagens do realizado e do previsto para o período, considerações sobre fatos ocorridos e correspondências trocadas com a Contratante.

Todos os serviços deverão ser conferidos e compatibilizados antes de entregues e assinados em carimbo específico pelo técnico responsável pelo trabalho. Após a conclusão dos projetos, eventuais revisões poderão ser solicitadas pela fiscalização do Município.

Todo material solicitado deverá ser entregue para análise e apreciação prévia do Município em 01 (um) volume, devidamente encadernado, acompanhado dos arquivos digitais em 01 (um) pendrive, perfeitamente identificado.

Para efeito de aprovação, deverão ser apresentados mais 01 (um) volume de cada produto, 02 (dois) DVD-R e 01 (um) pen-drive com os respectivos arquivos.

Ao se tratar dos arquivos digitais: as partes textuais deverão ser entregues no formato de extensão .doc, as planilhas em .xls; as plantas deverão ser entregues em seu formato digital, no padrão DWG versão Autocad e PDF e as ilustrações e diagramações entregues em formato aberto e nativo do software utilizado em sua elaboração, com cópia em .PDF, bem como as ilustrações com camadas abertas em formato final .PNG.

**12. RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

Caberá à contratada:

1. Realizar os serviços de acordo com todas as especificações contidas no Termo de Referência;
2. Designar um responsável técnico perante a fiscalização por todos os aspectos contratuais;
3. Responsabilizar-se pelo ressarcimento de quaisquer danos e prejuízos causados por si, seus prepostos ou empregados à fiscalização ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto do Termo de Referência;
4. Atender às determinações e exigências formuladas pela fiscalização da fiscalização;
5. Permitir e facilitar a supervisão dos seus serviços pela fiscalização;
6. Refazer, por sua conta e responsabilidade, os serviços recusados pela fiscalização da fiscalização, em prazo a ser estabelecido pela Contratante de acordo com cada caso;
7. Manter o responsável técnico indicado para a prestação; o dos serviços durante todo o prazo contratual, somente podendo substituí-lo por outro de igual lastro de experiência, a critério da fiscalização;
8. Responsabilizar-se pela relação empregatícia estabelecida com seus empregados, prepostos e responsável técnico para a execução do objeto do Termo de Referência, arcando com todos os ônus fiscais, previdenciários e trabalhistas, respeitando e fazendo respeitar as normas legais e regulamentares aplicáveis, observadas as normas contidas na Lei nº 9032/95;
9. Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação durante todo o prazo de execução do serviço;
10. A Contratada deverá participar, sempre que solicitada exclusivamente pela fiscalização, de reuniões referentes ao Projeto.

**13. CONSIDERAÇÕES GERAIS**

Todos os elementos existentes sobre as condições locais, constantes destas Especificações e dos materiais fornecidos pela fiscalização à contratada não servem de base para transferir à Prefeitura a responsabilidade da sua conceituação ou de suas conclusões e eventuais imperfeições. É atribuição única e exclusiva da contratada a verificação das condições locais, complementando-a com informações que achar necessárias, a fim de concluir sobre a adequação dos métodos e equipamentos a serem utilizados e a exequibilidade dos serviços nas condições a que se propuser.

A contratada deverá comunicar por escrito à fiscalização eventuais divergências ou discrepâncias encontradas entre os elementos fornecidos e as condições locais observadas, todas as vezes que isto possa implicar em quaisquer modificações de prazo, de custo ou outras condições constantes dos serviços propostos. Para a execução dos serviços propostos neste documento, caberá à contratada tomar todas as providências correspondentes à elaboração do detalhamento do projeto necessário à execução dos trabalhos contratados.

A contratada deverá comunicar por escrito à fiscalização, quaisquer enganos, dúvidas ou omissão constatadas nas especificações e demais elementos. Cabe à fiscalização analisar e decidir sobre quaisquer alterações daí resultantes e discutir com a contratada as respectivas implicações. A contratada será inteira e exclusivamente responsável pelo uso ou emprego de material, equipamento, dispositivo, método ou processo eventualmente patenteado a empregar-se e incorporar-se na obra, cabendo-lhe, pois, pagar os royalties devidos e obter previamente as permissões ou licença de utilização.

A contratada designará o profissional encarregado da direção dos serviços contratados e o seu substituto, na ausência do titular. A substituição de qualquer dos profissionais, será imediatamente comunicada pela contratada à fiscalização.

A fiscalização mediante simples comunicação, poderá, a qualquer tempo, alterar padrões, critérios, parâmetros e normas, mediante substituições e/ou supressões, desde que não alterem o objeto da licitação.

**14. ANEXOS**

Acompanham este Termo de Referência os seguintes anexos:

* **ANEXO 1.A:** Projeto Conceitual para o Plano Municipal de Cicloturismo;
* **ANEXO 1.B:** Planta da rede cicloviária do município de Niterói;
* **ANEXO 1.C:** Caracterização dos circuitos e rotas de cicloturismo;
* **ANEXO 1.D:** Biblioteca de Referências;
* **ANEXO 1.E:** Mapa da área de projeto;
* **ANEXO 1.F:** Metodologia de levantamento qualitativo da malha cicloviária.

Responsável pela Elaboração,

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

HELENA SEYFARTH DE SOUZA PORTO

Diretora de Educação e Comunicação

Coordenadoria Niterói de Bicicleta

De acordo,

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

FILIPE AUGUSTO PEREIRA SIMÕES

Coordenador do Niterói de Bicicleta

Secretaria Municipal de Urbanismo e Mobilidade

**ANEXO II - DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE, EMPRESÁRIO INDIVIDUAL E COOPERATIVAS ENQUADRADAS**

**NO ART. 34, DA LEI Nº 11.488, DE 2007**

Local e data

À/Ao

**Comissão de Licitação** ou **Pregoeiro**

a/c Sr.

Presidente da Comissão ou Pregoeiro

Ref. (Concorrência/Pregão/Edital) nº xx/20xx

(Entidade) , inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, sediada na \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ , neste ato representada pelo seu representante legal, o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF sob o nº \_\_\_\_\_\_\_, portador(a) da cédula de identidade nº \_\_\_\_\_\_\_, **DECLARA** que é microempresa, empresa de pequeno porte, empresário individual ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, cumprindo, assim, os requisitos legais para tal qualificação, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, e que não possui quaisquer dos impedimentos da referida norma, estando apta a exercer o direito de tratamento privilegiado na forma prevista pela legislação em vigor.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

ENTIDADE

(nome da entidade com assinatura do(s) seu(s) representante(s) legal(is))

CARIMBO DA PESSOA JURÍDICA COM CNPJ (dispensado em caso de papel timbrado com CNPJ)

**ANEXO III – PROPOSTA DE PREÇOS / PLANILHA DE CUSTOS**

**RAZÃO SOCIAL: CNPJ:**

**INSCRIÇÃO MUNICIPAL E/OU ESTADUAL:**

**ENDEREÇO:**

**BAIRRO: CEP:**

**CIDADE: ESTADO:**

**TELEFONE: FAX:**

**E-MAIL:**

**DADOS BANCÁRIOS:**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ITENS** | | **UNIDADE** | **QTD** | **VALOR UNITÁRIO** | **VALOR TOTAL** |
| PRODUTOS DE ESTUDOS | | | | | |
| E01 | Diagnóstico de cicloturismo | un | 1 |  |  |
| E02.1 | Prognóstico - Definição dos circuitos e rotas | km | 90,53 |  |  |
| E02.2 | Prognóstico - Desenvolvimento dos circuitos e rotas | km | 90,53 |  |  |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| PRODUTOS DE PROJETOS | | | | | |
| PE01 | Projeto de identidade visual e layout | un | 1 |  |  |
| PE02 | Projeto de sinalização direcional e informativa | km | 90,53 |  |  |
| PE03 | Elaboração de guia de cicloturismo | un | 1 |  |  |
| PE04 | Folder com mapa de cicloturismo | un | 1 |  |  |
| PE05 | Plataforma digital (sítio web) | un | 1 |  |  |
| **TOTAL** | | | | |  |

V**alor total: R$ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_(\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_)**

**OBS: A CONTRATADA deverá apresentar planilha detalhada que expressem todos os custos unitários para a contratação do serviço, como mão de obra, encargos sociais, insumos e BDI, dentre outros que se fizerem necessários.**

**( ) Optante pelo Simples Nacional**

**( ) Não Optante pelo Simples Nacional**

**DECLARO, que o(s) item(ns) ofertado(s) está(ão) em conformidade com as especificações contidas no ANEXO I – Termo de Referência do Objeto deste Edital.**

**DECLARO, ainda, que nos preços estão inclusos todos os custos diretos e indiretos indispensáveis à perfeita execução do objeto deste Edital, assim como abrange todos os custos com materiais e serviços necessários à entrega do(s) item(ns) em perfeitas condições de uso, eventual substituição de unidades defeituosas e/ou entrega de itens faltantes.**

**Essa proposta tem validade de 60 (sessenta) dias.**

**Niterói, \_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 20\_\_.**

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**(Nome e Assinatura do representante legal)**

**Anexo IV**

**MODELO - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (nome da empresa), CNPJ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (número de inscrição), sediada \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, DECLARA, para fins de direito, na qualidade de PROPONENTE da licitação instaurada pelo Município de Niterói, na modalidade de Pregão Presencial, conforme disposto no artigo 7º da Constituição Federal, na Lei nº 9.854, de 27.10.1999, publicada no Diário Oficial da União de 28.10.1999, e inciso V do artigo 13 do Decreto nº 3.555, não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

Por ser a expressão da verdade, firmamos o presente.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_(Local), \_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(Assinatura do representante legal)

(Se procurador, anexar cópia da procuração autenticada ou com o original para que se proceda à autenticação).

Nome: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

No da cédula de identidade: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**ANEXO V – MODELO – DECLARAÇÃO DE NÃO CONTRIBUINTE DO ISS E TAXAS MUNICIPAIS**

A empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ , CNPJ (número de inscrição)\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ , sediada no endereço \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (endereço completo), DECLARA, sob as penas do artigo 7º da Lei 10.520/2002, que não é contribuinte de ISS e Taxas do Município de Niterói.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ , \_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_\_\_.

(Local)

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(Assinatura do representante legal e carimbo da empresa)

**ANEXO VI - MODELO - DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (nome da empresa), CNPJ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (número de inscrição), sediada \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, DECLARA, para fins de direito, na qualidade de PROPONENTE da licitação instaurada pelo Município de Niterói, na modalidade de Pregão Presencial Nº XXX, que não foi declarada INIDÔNEA para licitar com o PODER PÚBLICO, em qualquer de suas esferas.

Por ser a expressão da verdade, firmamos o presente.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_(Local), \_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(Assinatura do representante legal)

(Se procurador, anexar cópia da procuração autenticada ou com o original para que se proceda à autenticação).

Nome: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

No da cédula de identidade: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**ANEXO VII – MODELO – DECLARAÇÃO DE SUPERVENIÊNCIA**

A empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ , CNPJ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ , sediada no endereço \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (endereço completo), DECLARA, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ , \_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_\_\_.

(Local)

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(Assinatura do representante legal e carimbo da empresa)

**ANEXO VIII – MODELO - DECLARAÇÃO DE OPTANTE PELO SIMPLES**

Ilmo. Sr.

(autoridade a quem se dirige)

(Nome da empresa), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ DECLARA ao Município de Niterói, para fins de não incidência na fonte do IRPJ, da CSLL, da Cofins, e da contribuição para o PIS/PASEP, a que se refere o artigo 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples), nos termos da Lei nº 9.317, de 05 de dezembro de 1996.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - preenche os seguintes requisitos:

a) conserva em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;

b) apresenta anualmente Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ), em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal;

II - o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal e à unidade pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação destas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, juntamente com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_.

(Local)

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(Nome e Assinatura do representante legal)

**ANEXO IX - ATESTADO DE VISITA TÉCNICA**

Referência: Tomada de Preços nº /2022

Data da Visita: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_

CNPJ da Empresa: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome da Empresa: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

A Secretaria Municipal de Urbanismo e Mobilidade de Niterói, através da Coordenadoria Niterói de Bicicleta atesta que a empresa acima identificada, por meio de seu representante legal \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, participou de Visita Técnica no local onde será executado o objeto do Certame, com o objetivo de conhecer detalhes para o integral cumprimento das obrigações objeto do certame, conforme previsto no Edital da licitação em referência.

A empresa declara que todas as dúvidas foram sanadas quanto à contratação objeto da licitação, não havendo nenhum comentário ou dúvida quanto à sua execução.

**Representante da Empresa:**

Nome \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Cargo / função: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**Representante da Coordenadoria Niterói de Bicicleta:**

Nome: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**ANEXO X – MODELO DE DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA À VISITA TÉCNICA**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a). \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, portador (a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, DECLARA: que renuncia à Visita Técnica ao local e às instalações para a execução do objeto da **TOMADA DE PREÇOS nº /2022**, e o quadro técnico da empresa tomou conhecimento das reais condições e peculiaridades inerentes à natureza do objeto da contratação, bem como coletaram informações de todos os dados e elementos necessários à perfeita elaboração da proposta comercial, responsabilizando-se por manter as garantias que vincularem nossa proposta ao presente processo licitatório, em nome da empresa que represento.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_(local), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_de 20\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(Nome e assinatura do representante legal)

**ANEXO XI - MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO**

Local e data

À

**Comissão de Licitação**

a/c Sr.

Presidente da Comissão

Ref. Tomada de Preços nº \_\_\_/2022

Pela presente, fica credenciado(a) o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF sob o nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, portador(a) da cédula de identidade nº \_\_\_\_\_\_, expedida por \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, ou no seu impedimento o (a) Sr.(a) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF sob o nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, portador(a) da cédula de identidade nº \_\_\_\_\_\_, expedida por \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, para representar \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, junto ao Município de Niterói, pela Secretaria de Obras e Infraestrutura, na licitação acima referida, a quem se outorga poderes para rubricar propostas dos demais Licitantes, assinar atas e documentos, interpor recursos e impugnações, receber notificação, tomar ciência de decisões, recorrer, desistir da interposição de recursos, acordar, transigir, enfim, praticar todo e qualquer ato necessário à perfeita representação ativa da outorgante no procedimento em referência.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

ENTIDADE

(nome da entidade com assinatura do(s) seu(s) representante(s) legal(is)

CARIMBO DA PESSOA JURÍDICA COM CNPJ (dispensado em caso de papel timbrado com CNPJ)

**Observações:**

(1) A carta escrita no modelo acima deverá ser entregue fora dos envelopes relacionados no Edital, juntamente com uma cópia autenticada do Contrato Social ou Instrumento de Procuração que comprove a legitimidade de poderes da pessoa que autorizar o credenciamento.

(2) Deverá ser entregue, juntamente com a carta de credenciamento, a cópia simples da cédula de identidade do representante designado.

**ANEXO XII – MINUTA CONTRATUAL**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS** DE ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS PARA A IMPLANTAÇÃO, COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DAS ROTAS DE CICLOTURISMO DO MUNICÍPIO DE NITERÓI PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E MOBILIDADE,

À \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ .

O **MUNICÍPIO DE NITERÓI**, neste ato pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Mobilidade, doravante denominado**CONTRATANTE***,* representado neste ato pelo Coordenador da Coordenadoria Niterói de Bicicleta **FILIPE AUGUSTO PEREIRA SIMÕES** e a empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ situada na Rua \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_\_\_\_\_ e inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, daqui por diante denominada **CONTRATADA***,* representada neste ato por **\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**, cédula de identidade nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, domiciliado na \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, Cidade **\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**, resolvem celebrar o presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS** de elaboração de estudos e projetos para a implantação, comunicação e divulgação das rotas de cicloturismo do município de Niterói, com fundamento no processo administrativo N° 9900010038/2023, que se regerá pelas normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 e do instrumento convocatório, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO E DO REGIME DE EXECUÇÃO**

O presente **CONTRATO** tem por objeto a prestação de serviços de elaboração de estudos e projetos para a implantação, comunicação e divulgação das rotas de cicloturismo do município de Niterói, na forma do Termo de Referência e do instrumento convocatório.

PARÁGRAFO ÚNICO: O objetivo será executado segundo o regime de execução de empreitada por preço global.

**CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO** O prazo de vigência do contrato será de oito meses, contados partir da emissão da Autorização de Início, desde que posterior à data de publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial, valendo a data de publicação do extrato como termo inicial de vigência, caso posterior à data convencionada nesta cláusula.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O prazo contratual poderá ser prorrogado, observando-se o limite previsto no §1 do art. 57 da Lei nº 8.666/93, desde que a proposta da **CONTRATADA** seja mais vantajosa para o **CONTRATANTE**.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

Constituem obrigações do **CONTRATANTE:**

a) realizar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;

b) fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução do presente contrato;

c) exercer a fiscalização do contrato;

d) receber provisória e definitivamente o objeto do contrato, nas formas definidas no edital e no contrato.

e) reter o imposto de renda na fonte, ao realizar o pagamento à pessoa física ou jurídica pela prestação de serviços em geral, nos termos do art. 1º do Decreto Municipal nº 14.396 de 20 de maio de 2022.

**CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

a) conduzir os serviços de acordo com as normas do serviço e as especificações técnicas e, ainda, com estrita observância do instrumento convocatório, do Termo de Referência, da Proposta de Preços e da legislação vigente;

b) prestar o serviço no endereço constante do Termo de Referência;

c) prover os serviços ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho;

d) iniciar e concluir os serviços nos prazos estipulados;

e) comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;

f) responder pelos serviços que executar, na forma do ato convocatório e da legislação aplicável;

g) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens ou prestações objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do emprego ou fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;

h) observado o disposto no artigo 68 da Lei nº 8.666/93, designar e manter preposto, no local do serviço, que deverá se reportar diretamente ao Fiscal do contrato, para acompanhar e se responsabilizar pela execução dos serviços, inclusive pela regularidade técnica e disciplinar da atuação da equipe técnica disponibilizada para os serviços;

i) elaborar relatório mensal sobre a prestação dos serviços, dirigido ao fiscal do contrato, relatando todos os serviços realizados, eventuais problemas verificados e qualquer fato relevante sobre a execução do objeto contratual;

j) manter em estoque um mínimo de materiais, peças e componentes de reposição regular e necessários à execução do objeto do contrato;

l) manter, durante toda a duração deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação na licitação;

m) cumprir todas as obrigações e encargos sociais trabalhistas;

n) indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à **CONTRATANTE**, aos usuários ou terceiros.

**CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de \_\_\_\_\_\_\_\_ de 202\_ à \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 202\_, assim classificados:

NATUREZA DAS DESPESAS: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

FONTE DE RECURSO: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

PROGRAMA DE TRABALHO: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

NOTA DE EMPENHO: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

PARÁGRAFO ÚNICO – As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

**CLÁUSULA SEXTA: VALOR DO CONTRATO**

Dá-se a este contrato o valor total de R $\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (por extenso).

**CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência, do cronograma de execução e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por comissão constituída de 3 (três) membros designados pelo Coordenador da Coordenadoria Niterói de Bicicleta, conforme ato de nomeação.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem ao do pagamento, na seguinte forma:

1. provisoriamente, após parecer circunstanciado da comissão a que se refere o parágrafo primeiro, que deverá ser elaborado no prazo de setenta e duas 72 (Setenta e duas) horas após a entrega do serviço;
2. definitivamente, mediante parecer circunstanciado da comissão a que se refere o parágrafo primeiro, após decorrido o prazo de quinze (15) dias, para observação e vistoria, que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A comissão a que se refere o parágrafo primeiro, sob pena de responsabilidade administrativa, anotará em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação.

PARÁGRAFO QUARTO – A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

PARÁGRAFO QUINTO – A instituição e a atuação da fiscalização do serviço objeto do contrato não exclui ou atenua a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a exime de manter fiscalização própria.

**CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE**

A CONTRATADA é responsável por danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A CONTRATADA é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo o CONTRATANTE, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A CONTRATADA será obrigada a reapresentar a Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas a a d, do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991, da comprovação de regularidade fiscal em relação aos tributos incidentes sobre a atividade objeto deste contrato e do Certificado de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), assim como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sempre que expirados os respectivos prazos de validade.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A ausência da apresentação dos documentos mencionados no PARÁGRAFO SEGUNDO ensejará a imediata expedição de notificação à CONTRATADA, assinalando o prazo de 10 (dez) dias para a cabal demonstração do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias e para a apresentação de defesa, no mesmo prazo, para eventual aplicação da penalidade de advertência, na hipótese de descumprimento total ou parcial destas obrigações no prazo assinalado.

PARÁGRAFO QUARTO – Permanecendo a inadimplência total ou parcial o contrato será rescindido.

PARÁGRAFO QUINTO – No caso do parágrafo quinto, será expedida notificação à CONTRATADA para apresentar prévia defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, para dar início ao procedimento de rescisão contratual e de aplicação da penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de 1 (um) ano.

**CLÁUSULA NONA: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

O **CONTRATANTE** deverá pagar à **CONTRATADA** o valor total de R$ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ , em 7 (sete) parcelas, no valor de R$\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(por extenso), cada uma delas, sendo efetuadas mensal, sucessiva e diretamente na conta corrente Nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ , agência \_\_\_\_\_\_\_ Banco \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, de titularidade da **CONTRATADA**, junto à instituição financeira contratada pelo Município.

PARÁGRAFO PRIMEIRO –No caso de a **CONTRATADA** estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Município ou caso verificada pelo **CONTRATANTE** a impossibilidade de a **CONTRATADA**, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Município de Niterói, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O pagamento somente será autorizado após a declaração de recebimento da execução do objeto, mediante atestação.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A **CONTRATADA** deverá encaminhar a fatura para pagamento a Coordenadoria Niterói de Bicicleta sito à Rua Visconde de Sepetiba, N° 935/ 13° andar, Centro - Niterói/RJ ou através do e-mail [niteroidebicicleta.info@gmail.com](mailto:niteroidebicicleta.info@gmail.com), acompanhada de comprovante de recolhimento mensal do FGTS e INSS, bem como comprovante de atendimento a todos os encargos relativos à mão de obra empregada no contrato.

PARÁGRAFO QUARTO – Satisfeitas as obrigações previstas nos parágrafos segundo e terceiro, o prazo para pagamento será realizado no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data final do período de adimplemento de cada parcela.

PARÁGRAFO QUINTO–Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestado pelo (s) agente (s) competente (s).

PARÁGRAFO SEXTO – Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer nota fiscal por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo **IGP-M** e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês *pro rata die.*

PARÁGRAFO OITAVO – Decorrido o prazo de 12 (doze) meses da data da apresentação da proposta, poderá a **CONTRATADA** fazer jus ao reajuste do valor contratual pelo **IGP-M**, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção ou dos insumos utilizados na consecução do objeto contratual, na forma do que dispõe o art. 40, XI, da Lei n.º 8.666/93 e os arts 2º e 3º da Lei n.º 10.192, de 14.02.2001.

PARÁGRAFO NONO - Os reajustes serão precedidos de requerimento da CONTRATADA, que deverá encaminhar a solicitação formal ao órgão contratante no prazo de até 90 (noventa) dias, contados da publicação do índice ajustado contratualmente **ou,** no caso de reajuste em sentido restrito, da entrada em vigor do acordo, convenção ou dissídio coletivo, sob pena de não retroagirem os efeitos à data-base.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Aa celebração de termos aditivos ou mesmo o recebimento de pagamentos sem ressalvas quanto à intenção da contratada de se aplicar o reajuste caracterizará renúncia tácita e preclusão do direito de pleiteá-lo, salvo a existência de requerimento expresso anterior do contratado, por qualquer meio idôneo.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Na forma da Lei Federal nº 8.213 de 1991, caso a contratada não esteja aplicando o regime de cotas de que trata a alínea p, da cláusula quarta, suspender-se-á o pagamento devido, até que seja sanar a irregularidade apontada pelo órgão de fiscalização do contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA: DA GARANTIA**

A **CONTRATADA** deverá apresentar à **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 30 (dez) dias, contado da data da assinatura deste instrumento, comprovante de prestação de garantia da ordem de 5%(um por cento) do valor do contrato, a ser prestada em qualquer modalidade prevista pelo § 1º, art. 56 da Lei n.º 8.666/93, a ser restituída após sua execução satisfatória. A garantia deverá contemplar a cobertura para os seguintes eventos:

1. prejuízos do não cumprimento do contrato;
2. multas punitivas aplicadas pela fiscalização à contratada;
3. prejuízos diretos causados à **CONTRATANTE** decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
4. obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 72 (setenta e duas horas, para que seja mantido o percentual de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 72 (setenta e duas horas) horas, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

PARÁGRAFO QUARTO – O levantamento da garantia contratual por parte da CONTRATADA, respeitadas as disposições legais, dependerá de requerimento da interessada, acompanhado do documento de recibo correspondente.

PARÁGRAFO QUINTO – Para a liberação da garantia, deverá ser demonstrado o cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas relativas à mão de obra empregada no contrato.

PARÁGRAFO SEXTO – O **CONTRATANTE** poderá reter a garantia prestada, pelo prazo de até 03 (três) meses após o encerramento da vigência do contrato, liberando-a mediante a comprovação, pela **CONTRATADA**, do pagamento das verbas rescisórias devidas aos empregados vinculados ao contrato ou do reaproveitamento dos empregados em outra atividade da CONTRATADA.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO**

O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral do **CONTRATANTE**, pela inexecução total ou parcial do disposto na cláusula quarta ou das demais cláusulas e condições, nos termos dos artigos 77 e 80 da Lei n.º 8.666/93, sem que caiba à **CONTRATADA** direito a indenizações de qualquer espécie.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, a **CONTRATANTE** poderá: a) reter, a título de compensação, os créditos devidos à contratada e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente; b) cobrar da contratada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o saldo reajustado dos serviços não-executados e; c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior ao da multa.

PARÁGRAFO QUARTO - Comprovada a prática de ato lesivo à Administração Pública nos termos do art. 5° da Lei 12.846/13, por meio de decisão judicial transitada em julgado ou processo administrativo no âmbito da Administração Pública Direta ou Indireta de Niterói, instrumento poderá ser rescindido sem prejuízo da aplicação da multa.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES**

A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

1. advertência;

1. multa administrativa;

1. suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública;

1. declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante, devendo ser aplicada pela autoridade competente, na forma abaixo descrita:

1. a advertência e a multa, previstas nas alíneas a e b, do preâmbulo da CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA, serão impostas pelo Ordenador de Despesa.
2. a suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, prevista do preâmbulo da CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA, será imposta pelo próprio Secretário Municipal ou pelo Ordenador de Despesas, devendo, neste caso, a decisão ser submetida à apreciação do próprio Secretário Municipal.
3. a aplicação da sanção prevista na alínea d, do preâmbulo da CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA, é de competência exclusiva do Secretário Municipal.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A multa administrativa, prevista na alínea b, do preâmbulo da CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:

1. corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;

1. poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra;

1. não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;

1. deverá ser graduada conforme a gravidade da infração;

1. nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho.

PARÁGRAFO QUARTO – Dentre outras hipóteses, a pena de advertência será aplicada à CONTRATADAquando não apresentada a documentação exigida no **parágrafo segundo da cláusula oitava**, no prazo de 10 (dez) dias da sua exigência, o que configura a mora.

PARÁGRAFO QUINTO - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, prevista do preâmbulo da CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:

1. não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;

1. sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido;

1. será aplicada, pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento total ou parcial do objeto, configurando inadimplemento, na forma prevista no parágrafo sexto, da cláusula oitava.

PARÁGRAFO SEXTO - A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea d, do preâmbulo da CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A reabilitação referida pelo parágrafo sétimo poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

PARÁGRAFO OITAVO - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas.

PARÁGRAFO NONO - Se o valor das multas previstas na alínea b, do preâmbulo da CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA, e no parágrafo nono, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO DÉCIMO - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a, b e c, do preâmbulo da CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea d.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - Os licitantes, adjudicatários e contratados ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública do Município de Niterói, enquanto perdurarem os efeitos das sanções de:

a) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar imposta pelo Município de Niterói, suas Autarquias ou Fundações (art. 87, III da Lei n° 8.666/93);

b) impedimento de licitar e contratar imposta pelo Município de Niterói, suas Autarquias ou Fundações (art. 7° da Lei n° 10.520/02);

c) declaração de inidoneidade para licitar e contratar imposta por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal (art. 87, IV da Lei n° 8.666/93).

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - As penalidades serão registradas pelo CONTRATANTE na Secretaria de Administração.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO - Após o registro mencionado no parágrafo acima, deverá ser remetido o extrato de publicação no veículo de publicação dos atos oficiais do Município do ato de aplicação das penalidades citadas nas alíneas c e d do preâmbulo da CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Município de Niterói.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO - Comprovada a prática de ato lesivo à Administração Pública nos termos do art. 5º da Lei 12.846/13, por meio de decisão judicial transitada em julgado ou processo administrativo no âmbito da Administração Pública Direta ou Indireta de Niterói, o presente contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo da aplicação da multa.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO**

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CONTRATANTE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

PARÁGRAFO ÚNICO – Caso o **CONTRATANTE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA**

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão, transferência, no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresso consentimento do **CONTRATANTE** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado no veículo de publicação dos atos oficiais do Município.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

PARÁGRAFO SEGUNDO– Mediante despacho específico e devidamente motivado, poderá a Administração consentir na cessão do contrato, desde que esta convenha ao interesse público e o cessionário atenda às exigências previstas no edital da licitação, nos seguintes casos:

1. - quando ocorrerem os motivos de rescisão contratual previstos em lei;

1. - quando tiver sido dispensada a licitação ou esta houver sido realizada pelas modalidades de convite ou tomada de preços.

PARÁGRAFO TERCEIRO:Em qualquer caso, o consentimento na cessão não importa na quitação, exoneração ou redução da responsabilidade, da cedente-**CONTRATADA** perante a **CONTRATANTE**.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO**

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante o **CONTRATANTE**, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

PARÁGRAFO ÚNICO – É vedada a suspensão do contrato a que se refere o art. 78, XV, da Lei nº 8.666/93, pela **CONTRATADA**, sem a prévia autorização judicial.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO**

A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO**

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, no veículo de publicação dos atos oficiais do Município, correndo os encargos por conta do CONTRATANTE, devendo ser encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, cópia autenticada do contrato, na forma e no prazo determinado por este.

PARÁGRAFO ÚNICO – O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho e fundamento do ato.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DISPOSIÇÕES ANTISSUBORNO E ANTICORRUPÇÃO**

As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) e a Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos, assim como todas as convenções e tratados internacionais anticorrupção dos quais o Brasil é signatário, denominadas em conjunto “Leis Anticorrupção”, e se comprometem a observá-las fielmente, por si e seus prepostos, sócios, administradores e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por elas contratados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As partes obrigam-se a comunicar uma à outra, assim que tiver conhecimento, sobre qualquer atividade ou prática que suspeite ou efetivamente constitua um indício ou uma infração aos termos das Leis Anticorrupção e/ou Política Antissuborno e Corrupção.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A CONTRATADA desde já se obriga a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste Contrato e no cumprimento de qualquer uma de suas disposições: (I) não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente e (II) adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por elas contratados.

PARÁGRAFO TERCEIRO: No tocante às licitações e contratos licitatórios, as partes declaram que: (i) não frustraram, fraudaram, impediram, perturbaram, frustraram, fraudaram, impedirão ou perturbarão o caráter competitivo e a realização de qualquer ato de procedimento licitatório púbico, licitação pública ou contrato dela decorrente; (ii) não afastaram ou afastarão, procuraram ou procurarão afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo; (iii) não criaram ou criarão de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitações públicas ou celebrar contratos administrativos; (iv) não obtiveram ou obterão vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; e (v) não manipularam, fraudaram, manipularão ou fraudarão o equilíbrio econômico financeiro dos contratos celebrados com a administração pública.

PARÁGRAFO QUARTO: Qualquer descumprimento das regras da Lei Anticorrupção e suas regulamentações, por parte da CONTRATANTE e/ou da CONTRATADA ocorridas no contexto e com ligação ao presente contrato, devidamente apurado em sede de processo administrativo específico e/ou com decisão judicial condenatória em segunda instância, será considerado uma infração grave a este contrato e conferirá à parte inocente o direito de rescindir imediatamente o presente contrato, além da aplicação das sanções administrativas porventura cabíveis, bem como o ajuizamento de ação com vistas à responsabilização na esfera judicial, nos termos dos artigos 18 e 19 da Lei nº 12.846/2013.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA: POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS**

Em cumprimento à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (com redação dada pela Lei nº 13.709/2018), as partes se obrigam a respeitar a privacidade uma da outra, comprometendo-se a proteger e manter em sigilo todos os dados pessoais fornecidos uma da outra, em função deste contrato, salvo os casos em que sejam obrigadas, por autoridades públicas, a revelarem tais informações a terceiros.

PARÁGRAFO ÚNICO: Nos termos do art. 7º, V, da LGPD, a CONTRATADA está autorizada a realizar o tratamento de dados pessoais do CONTRATANTE e, com base no art. 10º, II da LGPD, que trata de legítimo interesse do cliente, poderá armazenar, acessar, avaliar, modificar, transferir e comunicar, sob qualquer forma, todas e quaisquer informações relativas ao objeto desta contratação, onde, referido tratamento de dados será realizado unicamente em razão da prestação de serviços.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: DO FORO DE ELEIÇÃO**

Fica eleito o Foro da Comarca de Niterói, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 5 (cinco) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Niterói, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2023.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**COORDENADOR DA COORDENADORIA NITERÓI DE BICICLETA**

**FILIPE AUGUSTO PEREIRA SIMÕES**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**(CONTRATADA)**

**(REPRESENTANTE LEGAL PELA CONTRATADA)**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

TESTEMUNHA 1

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

TESTEMUNHA 2

**Anexo I.A**

**Projeto Conceitual para o Plano Municipal de Cicloturismo**

****

1

**1° Edição**

Abril de 2021

**Ficha técnica**

**Realização**

Prefeitura de Niterói

Secretaria de Mobilidade e Urbanismo – SMU Coordenadoria Niterói de Bicicleta

**Prefeito**

Axel Grael

**Equipe da Coordenadoria Niterói de Bicicleta** *Coordenador*

Filipe Simões

*Diretora de Educação e Comunicação* Helena Porto

*Diretor de Infraestrutura Cicloviária*

João Pedro Boechat

*Assessora Técnica*

Juliana Martins

2

*“Um projeto voltado para o turismo de bicicleta vai proporcionar diversificação da economia local, valorização do patrimônio natural, arquitetônico, cultural e histórico da cidade, incentivo à mobilidade ativa e sustentável, indução à requalificação do espaço urbano, estímulo à inclusão socioespacial, entre outros benefícios. Temos um grande potencial.”*

Isabela Ledo, 2016

3

**SUMÁRIO**

**1. INTRODUÇÃO**

**2. CONTEXTUALIZAÇÃO**

**2.1 CICLOTURISMO**

**2.2 MUNICÍPIO DE NITERÓI COMO LOCAL DE CICLOTURISTAS  
2.3 HISTÓRICO DO PROJETO DE CICLOTURISMO EM NITERÓI**

**3. APRESENTAÇÃO DO PROJETO**

**4. CARACTERIZAÇÃO – CONSULTAS**

**4.1 BIKE-FRIENDLY**

**4.2 CONSULTA COLAB**

**5. DIRETRIZES GERAIS PARA O PMC**

**1. INTRODUÇÃO**

O seguinte trabalho apresenta o diagnóstico, prognóstico e projeto conceitual para o Plano Municipal de Cicloturismo.

Este trabalho, em conjunto com diversos atores do setor público e da sociedade civil, visa criar diretrizes e insumos para a elaboração e posterior implementação do Plano Municipal de Cicloturismo.

A elaboração deste projeto da Coordenadoria Niterói de Bicicleta contou com diversas parcerias com a Secretaria Municipal de Urbanismo, Neltur, SECLIMA, PPGTUR-UFF e Planett - Coppe/UFRJ.

Em etapa posterior ao Projeto Conceitual, é visada a contratação de empresa especializada para realização de projeto Executivo do Plano Municipal de Cicloturismo para a cidade de Niterói com implementação das diretrizes aqui levantadas.

Alguns dos impactos esperados decorrentes deste processo para o Plano Municipal de Cicloturismo são o desenvolvimento do turismo por bicicleta em Niterói, o estímulo da cultura da bicicleta no município, e a ampliação do diálogo intersetorial com a sociedade civil e as outras secretarias da Prefeitura Municipal de Niterói.

Este projeto conceitual para o Plano Municipal de Cicloturismo foi inserido como meta no plano de 100 dias do governo do prefeito Axel Grael a ser realizado nos primeiros 100 dias de 2021. O reconhecimento e a prioridade dada ao tema no momento se dão por diversos motivos: a premissa de que Niterói é um município com diversas propensões ao cicloturismo, e o contexto da pandemia pelo Covid-19.

Durante a pandemia da Covid-19, o uso das bicicletas vem se consolidando como uma preferência, tanto como um meio de transporte quanto como uma possibilidade de lazer e atividade física. Por se tratar de um veículo individual, ativo e realizado ao ar livre, a bicicleta apresenta muitas vantagens em relação a outros meios de transporte. Estas características tornam este modal bem adequado às diretrizes de distanciamento social necessárias para a redução da contaminação.

5

Uma das recomendações voltadas para transporte e mobilidade no cenário atual está presente nas mensagens chaves da Organização das Nações Unidas (ONU Habitat): *"O ciclismo e a caminhada devem ser promovidos como uma alternativa ao transporte público, sempre que possível, para reduzir o risco de disseminação do vírus e melhorar a saúde da população em geral. Devem ser priorizados os deslocamentos de pedestres e ciclistas em determinadas vias, garantindo a sinalização adequada para maior segurança."*

Percebe-se através das pesquisas realizadas no ano de 2020 que a pandemia alterou os hábitos da população niteroiense. O isolamento social faz com que as pessoas se desloquem menos e de formas diferentes pela cidade, impactando o perfil da mobilidade urbana, e também no uso do Bicicletário Arariboia. Apesar da queda geral do número de deslocamentos, a bicicleta teve um impacto menor se comparada ao transporte público. Para fins de comparação, utilizou-se dados do consórcio TransOceânico: O número de ciclistas sofreu variação de -23%, enquanto a redução de passageiros de ônibus foi de -66%.

A bicicleta, além de seus já conhecidos e amplamente divulgados benefícios ambientais, econômicos e sociais, se apresenta como um dos meios de transporte mais seguros no que diz respeito a transmissão do covid-19. É importante ressaltar as vantagens sob a ótica da sustentabilidade e resiliência, pois estes fatores também são apontados como cruciais para a redução dos casos de infecção. A infraestrutura para bicicletas é uma das mais baratas para implantação, e seu uso não consome combustíveis e não emite gases poluentes no ar, fator que vem sendo estudado como um dos possíveis agravantes do contágio e gravidade dos sintomas.

6

**2. CONTEXTUALIZAÇÃO**

**2.1 CICLOTURISMO**

O cicloturismo, de acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, 2007), é categorizado fundamentalmente como toda viagem ou atividade do turismo que utiliza a bicicleta como principal meio de transporte.

É considerado como uma forma de transporte sustentável, que causa mínimos impactos no meio ambiente - por não ser poluente - e na comunidade local - por não utilizar um transporte barulhento e não prejudicar a flora e fauna local, e por ter nos recursos naturais e culturais o seu principal atrativo.

Se for planejado e desenvolvido corretamente, o cicloturismo também pode trazer inúmeros impactos positivos para a economia local, servindo como uma alternativa econômica de baixo impacto ambiental e sociocultural, além de contribuir com a valorização e conservação do patrimônio natural e histórico-cultural local.

Por isso também a importância de se trabalhar com diversos agentes e setores, como do turismo, da cultura e da secretaria de meio ambiente.

Deste modo, existem inúmeras particularidades a serem levadas em consideração para um efetivo planejamento e desenvolvimento do cicloturismo.

A Coordenadoria Niterói de Bicicleta tem como um de seus principais pilares de atuação a ampliação e constante melhoria da malha cicloviária no Município. Ela atua ampliando a extensão das ciclovias e ciclofaixas, realizando a manutenção de toda a malha cicloviária, e criando estacionamentos de bicicletas, através do programa de instalação de paraciclos e da gerência do Bicicletário Araribóia1, além de estabelecer por meio de articulações com outros setores diversas ações como campanhas educativas e eventos que estimulem a cultura da bicicleta na cidade.

1 O Bicicletário Arariboia foi inaugurado em março de 2017 como o primeiro bicicletário coberto da cidade e primeiro bicicletário público do país. O espaço oferece um ambiente seguro para o estacionamento de bicicletas, com atualmente 446 vagas horizontais e verticais, e com um projeto de ampliação passará a oferecer 948 vagas, 502 a mais do que as atuais.

7

Não se pode dissociar o cicloturismo urbano da discussão sobre mobilidade nas cidades. Para o desenvolvimento do turismo no setor são necessários infraestrutura, segurança e roteiros planejados. Importante destacar os principais pontos para o desenvolvimento do cicloturismo, que são: ter uma infraestrutura voltada ao ciclismo, um número expressivo de ciclorrotas - que precisam ser seguras, conectadas, confortáveis e atrativas -, sinalização; divulgação do destino ciclístico (através de site, aplicativo, folders e mapas turísticos); serviços voltados ao ciclismo (locação de bicicletas, mecânico, pontos de informação, locais de descanso); meios de hospedagem bike-friendly, atrativos, eventos voltados ao cicloturismo e órgão para implementação de políticas e monitoramento.

É importante o fomento a serviços de apoio ao ciclismo, como serviços de aluguéis de bicicleta, hospedagens ao longo das grandes ciclorrotas e serviços de apoio. A consideração desses elementos é fundamental para o desenvolvimento do cicloturismo, que pode servir como uma alternativa econômica de baixo impacto ambiental e sociocultural, além contribuir com a valorização e conservação do patrimônio natural e histórico-cultural local.

**2.2 NO MUNICÍPIO DE NITERÓI**

O cicloturismo é uma prática relativamente recente no Brasil, mas que atualmente, com a adoção de planos cicloviários por diferentes cidades e/ou estados brasileiros, encontra-se em processo de expansão. Em especial nas cidades de áreas urbanas, vêm sendo incentivados percursos mais curtos, ao invés de pensar a atividade apenas como viagens longas, contemplando também, os ciclistas de lazer e os atrativos urbanos.

No município de Niterói, cuja prefeitura tem realizado muitos investimentos na mobilidade por bicicleta, com implantação de infraestrutura cicloviária e do fomento de sua cultura ciclística, desde a criação da Coordenadoria Niterói de Bicicleta, é cada vez maior o número de usuários da bicicleta. A cidade conta atualmente com uma malha cicloviária de 45 quilômetros, e a partir de abril de 2021 começará a ganhar mais 23 quilômetros de ciclovia na Região Oceânica.

A cidade de Niterói tem propensão ao ciclismo por ter 70% de sua população morando a cerca de 5 km de distância do centro, ser plana nesta área, pelo seu clima, e pela infraestrutura.

8

De acordo com a última Pesquisa Nacional sobre o Perfil do Ciclista Brasileiro de 2018 na cidade de Niterói, 84% dos entrevistados utilizam a bicicleta mais de 5 vezes por semana, e 66% costuma integrar a bicicleta com outro modo de transporte, diferente da média nacional, que é apenas 18%. Esse dado já mostra potencial de uso da bicicleta nas atividades cotidianas.

Iniciativas para o incentivo do turismo de bicicleta podem transformar Niterói na porta de entrada para o cicloturismo no Estado do Rio de Janeiro, e também contribuir para que cada vez mais pessoas optem pelo transporte sustentável no município.

Além da infraestrutura existente e de projetos já implantados em Niterói voltados para a bicicleta, o município possui recursos naturais e culturais, nos quais já existem e/ou tem potencial para futuras ciclorrotas.

Alguns destes atrativos já incentivam o cicloturismo, como por exemplo o MAC – Museu de Arte Contemporânea, que oferece entrada gratuita para os visitantes que chegam de bicicleta.

Mapa. Fonte: Sigeo. Camadas ligadas: Pontos turísticos, Trilhas, Atrativos Culturais, Infraestrutura

Cicloviária e Paraciclos.

9

**2.3 HISTÓRICO DO PROJETO DE CICLOTURISMO EM NITERÓI**

Uma das primeiras iniciativas do processo de planejamento para o Cicloturismo do Município ocorrida neste ciclo foi iniciada no ano de 2016, com o início do Niterói Biketur – Projeto piloto de parceria da Prefeitura Municipal de Niterói, a Universidade Federal Fluminense e a Neltur, que oferecia passeios guiados em três rotas distintas: Passeio Orla da Baía, Rota dos Museus e Caminho Niemeyer. Os passeios aconteciam aos domingos, de forma gratuita. Como parte desta mesma foi realizado o *I Encontro de Desenvolvimento do Cicloturismo Urbano2* em Niterói como parte da articulação pelo desenvolvimento deste tema no município.

A elaboração de Plano de Cicloturismo Municipal foi inserida nas metas do então Programa Niterói de Bicicleta do Plano Niterói Que Queremos.

Na segunda fase, em 2021, houve a retomada do tema com reformulação da estratégia inicial, com a inserção de etapa intermediária de planejamento e debate, ênfase em medidas de comunicação aplicáveis pelo poder público e voltadas ao usuário final; etapas de planejamento a serem desenvolvidas internamente com contratação dos projetos executivos e investimento no amplo diálogo com a universidade, sociedade civil e iniciativa privada.

**3. APRESENTAÇÃO DO PROJETO**

2 Evento realizado em outubro de 2016 organizado pela Universidade Federal Fluminense, em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, a Prefeitura Municipal de Niterói e o Coletivo Mobilidade Niterói.

10

O projeto conceitual para o Plano Municipal de Cicloturismo cria diretrizes e insumos para a elaboração e posterior implementação do Plano Municipal de Cicloturismo. Essas diretrizes abrangem desde o desenvolvimento de novos produtos de cicloturismo, investimentos em infraestrutura e até a expansão de pesquisas e coleta de dados estatísticos. O projeto conceitual tem como objetivo estruturar e viabilizar os próximos passos para a oficialização do Cicloturismo na cidade entendo-o como motor relevante para a economia, turismo, lazer e saúde da população. Desta forma, para estruturar as principais diretrizes que compõem o Projeto Conceitual, foi estabelecido um plano de ação que compreende: Aprofundamento e mapeamento dos parceiros; diagnóstico do cicloturismo em Niterói; e prognóstico com lançamento de diretrizes.

Após a leitura e estudo de referências sobre cicloturismo, foi iniciado o contato com possíveis parceiros, tanto internos com outras Secretarias da Prefeitura, quanto externos, com parceiros da Universidade e da Sociedade civil, a fim de desenhar uma rede de apoio e diálogo. Através de reuniões virtuais foram apresentadas as principais metas e planos internos para o desenvolvimento da proposta, onde foram colocadas pelos parceiros sugestões, referências, implicações e novos dados para o projeto. O trabalho se deu de forma multidisciplinar e em parceria com diversos

atores do setor público e da sociedade civil, envolvendo técnicos e especialistas.

Gráfico em linha do tempo do processo do Projeto conceitual com alguns dos eventos e acontecimentos. Fonte: produção própria.

11

Além disso, foram realizados levantamentos e pesquisas para determinação do potencial cicloturístico da cidade. Deste processo, foram desenvolvidos mapas base, apontando os equipamentos e atrativos existentes na cidade, e consultas públicas visando identificar o perfil do cicloturista e traçar as principais rotas e destinos utilizados por eles.

Diante desses dados, foram realizadas oficinas para análise dos resultados e definição de estratégias e diretrizes.

O projeto conceitual para o Plano Municipal de Cicloturismo passou pelas fases de pesquisa e levantamento; elaboração e realização de pesquisas, reuniões participativas com diversos atores, parceria com atores de pesquisa na área.

Houve o levantamento e compilação de dados como:

- Dados sobre os atuais cicloturistas da cidade (através da consulta pública pelo Colab);

- Mapeamentos de atrativos culturais, pontos turísticos na cidade, trilhas, praias, hortos e parques;

- Pontos de interesse para bicicleta e locais *bike-friendly* (através da pesquisa bike friendly);

- Levantamento e análise da Infraestrutura cicloviária existente;

- Perfil do público-alvo desejado (compilação de pesquisas e consultas); - Desenho de parcerias institucionais e com atores privados.

Como resultado deste processo são sugeridos um conjunto de produtos para o Plano Municipal de Cicloturismo:

- Um Aplicativo com mapa interativo, mapas e dados;

- Mapas de cicloturismo em Niterói com rotas de cicloturismo, atrativos (culturais, naturais, etc)

- Levantamento de estabelecimentos parceiros da bicicleta;

- Guia de cicloturismo;

- Proposta de Integração Regional: Niterói como porta de entrada do cicloturismo no Leste Fluminense

12

- Integração com o aplicativo BikeNit;

- Programa de recompensas e estímulo à comunidade;

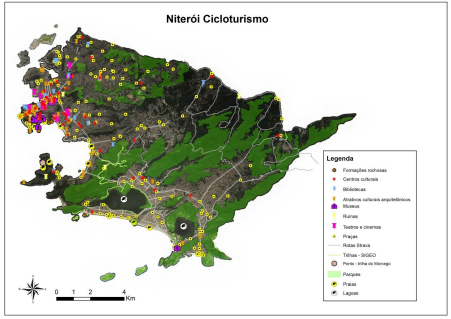
- Proposta de sinalização direcional.

Como parte da etapa de levantamento de dados do Projeto Conceitual foram mapeados e levantados os equipamentos considerados relevantes para a realização do Plano de Cicloturismo na cidade de Niterói.

Foram realizados mapas com os pontos turísticos arquitetônicos, museus, teatros e cinemas, infraestrutura cicloviária existente, parques, trilhas e lagoas. Produzidos na ferramenta ArcGis, os mapas têm como objetivo espacializar locais de interesse para possíveis rotas de cicloturismo.

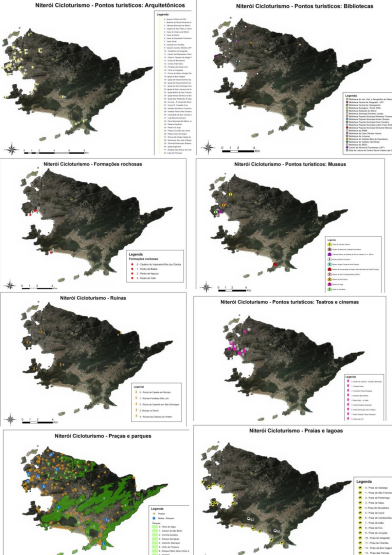
Para um mapa inicial utilizamos bases de informações de diversas secretarias como SMU, SMARHS, NELTUR que foram plotados sobrepondo-as ao mosaico das ortofotos de 2019.

O resultado geral pode ser observado no mapa abaixo.

Fonte: mapa próprio produzido pela equipe da SMU para o Projeto Conceitual para o PMC

13

Como pode-se observar, a quantidade de informações sobrepostas no mapa que representa todo município ficou incompreensível, por conta da densidade de atrativos turísticos da cidade, em especial na região central da cidade. É possível filtrar essas informações criando mapas temáticos ou em escalas locais e regionais, como podemos observar nos mapas abaixo. Todos os mapas estão disponíveis em alta qualidade no anexo deste documento.

14

**4. CARACTERIZAÇÃO – CONSULTAS**

Para obtenção de dados e informações, e a fim de promover a participação e envolvimento popular no processo do Projeto Conceitual para o Plano Municipal de Cicloturismo, foram criadas duas pesquisas participativas de maneira remota com a população. As consultas desenvolvidas trazem maior embasamento e qualificam as ações propostas no projeto conceitual.

A consulta dos locais amigos da bicicleta, ou “Bike Friendly” visava encontrar os locais “amigos da bicicleta”, que são locais que ofereçam algum serviço específico para a bicicleta e que recebam bem os ciclistas. Esta pesquisa teve o intuito de mapear esses locais e empreendimentos e gerar uma rede de suporte aos ciclistas.

Também foi lançada a consulta pública para o Perfil de Cicloturistas para a identificação das características e tipos de ciclistas que exploram a cidade de Niterói. Ela foi disponibilizada através da ferramenta Colab no website e aplicativo,

com participação digital popular. 



15

Artes usadas para divulgação das pesquisas. Fonte: produção própria.

**4.1 BIKE-FRIENDLY**

A consulta dos locais Bike friendly foi realizada com o intuito de identificar os locais existentes na cidade de Niterói que traziam algum tipo de benefício ou facilidade para o usuário ciclista. Diante do crescente número de ciclistas na cidade muitos estabelecimentos já possuem comodidades voltadas para ciclistas como forma de atrair e fidelizar esses grupos.

Esses estabelecimentos possibilitam, por exemplo, bicicletários ou paraciclos para o estacionamento de bicicletas e/ou oferecem descontos para quem chega de bicicleta. Para localizá-los foram lançadas nas redes sociais oficiais e grupos relacionados ao tema uma chamada em busca de locais com este perfil, solicitando o envio de e-mail com dados como nome, endereço e telefone do estabelecimento.

Artes usadas para divulgação da pesquisa. Fonte: produção própria.

Para facilitar a identificação foram criadas cinco categorias de locais bike friendly: 1. Lojas, 2. Oficinas/cicles, 3. Pontos de aluguel, 4. Restaurantes/lanchonetes/cafés, 5. locais de hospedagem como pousadas/hosteis/hotéis, e 6. Equipamentos culturais.

16

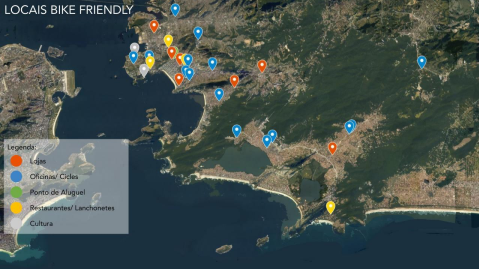
Após catalogadas em uma planilha as informações recebidas, foi produzido um mapa com a geolocalização dos estabelecimentos. Isso nos deu uma ampla visualização da concentração/distribuição dos locais ao longo de todo município. Com esses locais identificados pôde-se estruturar diretrizes para oficializar e valorizar esta postura, assim como incorporá-los ao mapa do guia/aplicativo a ser disponibilizado aos ciclistas. Dessa forma o ciclista consegue localizar e ir a estabelecimentos que incentivam e dão suporte a cultura cicloviária. Pôde-se observar também o interesse de alguns locais em se tornar amigável a bicicleta, o que nos mostra a oportunidade de ampliar os equipamentos pela cidade, de disseminar os critérios básicos para se tornar bike friendly e desenvolver programas de qualificação para os locais.

Essa consulta mapeou alguns dos locais amigos da bicicleta existentes na cidade, entretanto entende-se que esse catálogo está em contínua expansão. Com a criação de uma diretriz incentivando essa prática, espera-se um aumento cada vez maior no número de locais bike friendly na cidade. Isso inclui também a expansão para outras categorias ainda não encontradas, como por exemplo locais de hospedagem.

17

Tabela com listagem dos locais Bike Friendly. Fonte: produção própria.

Tabela com listagem dos locais Bike Friendly. Fonte: produção própria.

Mapa indicando os locais Bike Friendly. Fonte: produção própria.

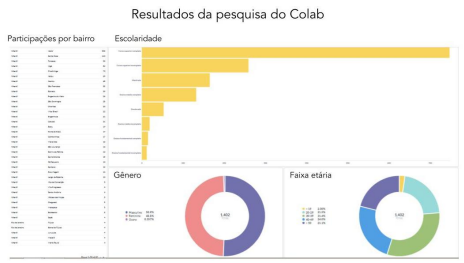
18

**4.2 CONSULTA COLAB**

A consulta pública para o Perfil de Cicloturistas de Niterói buscou traçar as principais características, locais frequentados e rotas mais utilizados dos Cicloturistas. A consulta foi ao ar no dia 23/02/2021 no link: https://consultas.colab.re/cicloturismoniteroi , e contou com mais de 1400 acessos, teve como fim principal embasar as diretrizes do Projeto Conceitual do Plano Municipal de Cicloturismo.

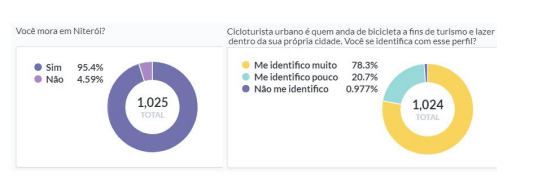
A partir da análise dos locais mais visitados, das vias mais utilizadas, do nível de experiência do ciclista, etc. é possível desenvolver diretrizes que se adequem as necessidades e demandas da população.

Dentre os principais dados obtidos a partir da consulta foi possível perceber que a divisão por gênero se deu de forma equilibrada. Isso evidencia uma tendência já observada na cidade, em que a participação do público feminino vem se tornado cada vez maior e significativa.

Visualização de respostas da consulta pública pelo colab. Fonte: Dashboard Colab.

19

95,4% das pessoas que responderam a consulta são moradoras de Niterói, e 99% se identifica – pouco ou muito - como cicloturista urbano, que é “quem anda de bicicleta a fins de turismo e lazer dentro da sua própria cidade”. Isso mostra mais uma vez e comprova a premissa de que Niterói já é uma cidade com muitos cicloturistas e com propensão ao cicloturismo.

Visualização de respostas da consulta pública pelo colab. Fonte: Dashboard Colab.

Além disso, a consulta mostrou que cerca de 75,4% dos participantes utiliza a bicicleta para outras atividades no dia a dia, como para realizar atividades físicas e como meio de locomoção para o trabalho/serviços. Isso revela que a bicicleta possui uma relevância ainda maior na promoção do acesso a cidade, devendo ser foco dos investimentos em mobilidade.



Visualização de respostas da consulta pública pelo colab. Fonte: Dashboard Colab.

20

Através da consulta, foi possível mapear e verificar os principais destinos e rotas utilizadas pelos ciclistas. Esses dados servem de subsídio para o planejamento da infraestrutura cicloviária (entendendo essas rotas como prioritárias), para direcionamento dos investimentos, para a criação das rotas pilotos, entre outros.

Mapa com principais rotas levantadas pela consulta. Fonte: produção própria.

A rota mais frequente mapeada foi de Icaraí até Piratininga e até Camboinhas. Outras rotas predominantes foram de Santa Rosa até Icaraí, de Maravista até Itaipu e até Itacoatiara, do Cafubá até Piratininga, do Fonseca até Icaraí, até Charitas e até Piratininga.

21

Visualização de respostas da consulta pública pelo colab. Fonte: Dashboard Colab.

Alguns dados como nível de experiência do ciclista e nível de dificuldade da rota citada, informados pelos participantes, ajudam na classificação dos trajetos, de forma a identificá-los e adaptá-los, tornando-os acessíveis e adequados a cada tipo de perfil. Em relação à habilidade e experiência 54,4% dos participantes se considera Intermediário, 38,7% Avançado, e apenas 6,93% iniciante. Isso mostra como o uso da bicicleta já se tornou regular na mobilidade da população.

Visualização de respostas da consulta pública pelo colab. Fonte: Dashboard Colab.

42,1% dos participantes afirmou que o grau de dificuldade do trajeto mais frequente realizado por eles é de nível 3. O que levando em conta o esforço físico, o tempo de duração, a distância e o aclive, e o nível de habilidade e experiência informado demonstram que a maior parte das rotas é acessível a grande maioria dos ciclistas.

22

Visualização de respostas da consulta pública pelo colab. Fonte: Dashboard Colab.

Dentre as principais dificuldades citadas, 832 participantes votaram em ‘Falta de educação no trânsito’ e ‘Ausência de ciclovias’. Isso reforça a necessidade de conscientização de pedestres, ciclistas e condutores de veículos além da fiscalização do trânsito, assim como a necessidade de expansão da malha cicloviária pela cidade.

Visualização de respostas da consulta pública pelo colab. Fonte: Dashboard Colab.

Um outro dado obtido foi que cerca de 76,8% dos participantes fazem paradas em estabelecimentos comerciais ao longo dos trajetos cicloturisticos.

23

Visualização de respostas da consulta pública pelo colab. Fonte: Dashboard Colab.

Paradas essas que vão desde a compra de água, almoço até manutenção da bicicleta e estadia. Esse dado mostra a grande movimentação financeira que acontece durantes os passeios cicloturisticos e o papel que pode ser potencializado do cicloturismo na economia. Essa informação juntamente com o mapeamento dos locais amigos da bicicleta nos dá argumentos favoráveis a criação de uma diretriz destinada ao incentivo à economia local.

Relação dos gastos nos trajetos cicloviários. Fonte: produção própria.

Com a criação de um selo para estabelecimentos amigos da bicicleta, espera-se um benefício mútuo para comerciantes e ciclistas. Os estabelecimentos vendo o

24

potencial do público ciclista enquanto consumidor e se adequando a eles, se beneficiarão com a propaganda e com o aumento e fidelização dos clientes ciclistas. Por sua vez, os ciclistas se beneficiarão por encontrarem com facilidade locais adequados a eles, além das comodidades ofertadas.

Em relação às principais rotas e destinos mais citados percebe-se um grande número de respostas referentes aos atrativos presentes na orla da cidade, em especial às praias oceânicas. Para além das qualidades naturais dessas áreas, muitos relatos citaram a abertura do túnel Charitas-Cafubá como um mediador crucial para os deslocamentos, ratificando a relevância e transformação urbana e social produzida pelo túnel.

Também foram citados ao longo das respostas diversos atrativos que são visitados pelos cicloturistas de Niterói, tanto como destinos finais das viagens de cicloturismo, quanto como pontos de parada ao longo da rota. Os atrativos mais citados foram: Praias oceânicas, praias da Baía, Fortaleza de Santa Cruz, MAC – Museu de Arte Contemporânea, Parque da Cidade, Campo de São Bento, Caminho Darwin, Trilhas, e Caminho Niemeyer.

Visualização e gráfico de atrativos citados na consulta pública do colab. Fonte: produção própria.

25

Mapa de atrativos citados na consulta pública do colab. Fonte: produção própria.

Uma das principais informações levantadas pela consulta foram as linhas de Origem e Destino dos participantes. Com as informações de bairro de origem e atrativos, foi possível gerar linhas de deslocamento de bicicleta na cidade, espacializando os resultados da pesquisa. Nesta etapa do projeto conceitual, os mapas serviram para análise das principais rotas utilizadas, como ilustrado anteriormente no mapa de rotas. Para as etapas seguintes, através de tecnologia GIS, será possível gerar análises espaciais utilizando os diversos filtros da pesquisa: faixa etária, gênero, nível de habilidade com a bicicleta; tornando possível análises ainda mais profundas acerca do tema.

26

Os mapas acima mostram as linhas de Origem e Destino dos dois principais bairros de origem de cada Regiões Administrativas da cidade. Em Amarelo, Praias da Baía (Icaraí e Santa Rosa) e em Verde, Oceânica (Cafubá e Maravista). Fonte: produção própria.

Os mapas acima mostram as linhas de Origem e Destino dos dois principais bairros de origem de cada Regiões Administrativas da cidade. Em Vermelho, Norte (Fonseca e Barreto) e em Laranja, Pendotiba (Largo da Batalha e Matapaca). Fonte: produção própria.

27

**5. DIRETRIZES GERAIS PARA O PMC**

A partir das diferentes análises realizadas ao longo do processo de elaboração deste documento, foram definidas as propostas que nortearão e comporão as iniciativas a serem detalhadas pelo Plano Municipal de Cicloturismo. São iniciativas coesas enquanto conjunto e que também apresentam a capacidade de implementação individual de cada parte, o que é desejável ao permitir algum grau de adaptação à condicionantes orçamentárias, diretrizes das peças de planejamento do município ou oportunidade de captação de recursos como projetos à parte. Serão certamente passos relevantes e complementares no apoio e na atração de novos cicloturistas.

Os resultados da consulta pública realizada através do Colab evidenciaram que Niterói já é uma cidade na qual o cicloturismo urbano é amplamente praticado. Um dos desafios que estas diretrizes enfrentam é o da informação e promoção da auto identificação como ciclista e cicloturista daqueles que já pedalam nas inúmeras rotas que foram descritas.

Nota-se que algumas destas iniciativas se relacionam com outros aspectos do uso da bicicleta em nossa cidade, em particular seu uso para a mobilidade urbana. É o caso, como veremos mais à frente, da proposta de sinalização direcional e informativa ou da plataforma online com mapa interativo. É fundamental, portanto, que sejam desenvolvidas, em uma relação de dupla troca, sob a ótica do planejamento Cicloviário mais amplo do município e também em suas interseções com os planos urbanísticos e de mobilidade. A infraestrutura cicloviária existente e planejada, junto ao registro das rotas percorridas de bicicleta no município para as diversas finalidades, por exemplo, são insumos para este documento.

28

**1. Definição de Rotas de Cicloturismo**

O processo de elaboração deste documento gerou um volume de insumos relacionados às rotas de ciclismo já praticadas, planejadas e potenciais. Respectivamente através da consulta pública pelo Colab; da revisão bibliográfica do material do Niterói BikeTour e do contato com operadores de turismo; do levantamento de pontos de interesse e da infraestrutura cicloviária existente.

A opção tomada por esta proposta caminha no sentido do apontamento, pelo plano de Cicloturismo das (I) rotas já consolidadas e que contam com um considerável fluxo de usuários como é o caso do trajeto que liga a Região das Praias da Baía à Região Oceânica; (II) rotas já definidas por outros agentes; (III) rotas desejáveis, como por exemplo, em eixos de promoção do patrimônio histórico ou ambiental.

O Plano de Cicloturismo deverá apontar um processo metodológico para a avaliação, identificação e posterior incorporação de novas rotas que venham a ser propostas por entes públicos ou privados. Desta forma, promove-se a constante atualização do conjunto de informações que compõe o Plano.

**2. Sinalização Direcional e Informativa**

A sinalização direcional e informativa deverá ser planejada junto às rotas de cicloturismo e pontos de interesse, respectivamente. A sinalização contribui para o deslocamento de forma segura e assertiva por parte do ciclista. Auxilia também na fruição do roteiro por reduzir a necessidade de consulta ao material informativo, por exemplo. Este sistema deverá ser adequado aos roteiros de cicloturismo e também aos deslocamentos com fins de transporte.

É fundamental a existência de sinalização própria para este modal, distinta daquela voltada a veículos motorizados. A bicicleta percorre trajetos próprios, em velocidade

29

moderada e possui escala próxima ao pedestre. A sinalização deve, portanto, ter dimensões adequadas para a visibilidade por parte do ciclista e layout legível e de fácil identificação dos usuários adequado ao padrão de fontes e sinais já utilizados pelo município.

Este projeto deverá possuir parâmetros de aplicação ao longo das rotas e os pontos de interesse, garantindo uniformidade tanto na legibilidade dos usuários, como manutenção e reposição dos elementos.

Nesse sentido, é preciso uma compatibilização com elementos planejados ou já implantados como: os totens informativos da NELTUR Niterói - Empresa de Lazer e Turismo S/A; Sinalização para pedestres na Av. Marquês de Paraná e Paulo Alves; Sistema cicloviário da Região Oceânica.

**3. Plataforma online com mapa interativo**

A criação de uma plataforma online para divulgação e troca de informações aos cicloturistas oferecerá oportunidade de captação e engajamento dos interessados na atividade.

Esta proposta deve ser integrada ou inspirada no aplicativo BikeNit (vencedor do *Hackaton* (maratona de programação) promovido pela Prefeitura de Niterói, *Hacknit*), que oferece ferramenta de registro e compartilhamento das rotas percorridas de bicicleta pelos usuários e se utiliza de premissas de *gameficação* (uso de técnicas comuns à jogos para envolvimento dos usuários) para recompensar aqueles que cumprirem metas ou desafios. O BikeNit estabelece uma rede de usuários, integrando-os através de uma comunidade e da integração com redes sociais.

30

A plataforma deverá ainda prover acesso às informações do Guia de Cicloturismo como rotas, dicas, estabelecimentos e oferecer uma versão digital dos mapas com opções de manipulação de guias e camadas. Será ainda uma ferramenta de comunicação de dois sentidos. Permitirá a divulgação de informações e comunicados aos usuários e receberá avaliações e reclamações dos usuários através da integração com os canais que já são utilizados pelo município.

**4. Mapas e Guia de Cicloturismo**

É prevista a elaboração de mapa impresso no formato de folder a ser disponibilizado na infraestrutura de turismo do município em um formato acessível, de fácil consulta e seguro. Esse material impresso também serve como forma de divulgação do turismo em Niterói e pode ser colecionado pelos turistas como um souvenir do passeio. O folder deve apresentar um resumo das rotas de cicloturismo, a infraestrutura cicloviária da cidade, dicas e informações ao usuário, como pontos culturais e turísticos e os Estabelecimentos Amigos da Bicicleta, que abordaremos em maior detalhe a frente.

Tratando-se de projeto divulgado em diversos canais de comunicação, no formato digital e impresso, é mister o desenvolvimento de identidade visual. Que será utilizada, ademais, nos produtos físicos e digitais que dão suporte ao plano cicloturístico.

Além do material impresso, o projeto conta com a elaboração de um guia digital com informações ao usuário final.

31

**5. Selo Estabelecimento Amigo do Ciclista ou Bike-Friendly** Esta iniciativa busca incentivar a adoção de práticas e disponibilização de serviços de suporte à bicicleta por parte de estabelecimentos comerciais privados. Em contrapartida, será criado um selo a ser oferecido aos empreendimentos que terão a identificação de seu negócio exposta no guia e plataforma de cicloturismo no formato de lista. O selo será emitido e mantido pela Prefeitura Municipal de Niterói. Pretende-se melhorar a receptividade aos cicloturistas, ampliar o leque de serviços oferecidos e fomentar a economia da bicicleta na cidade através desta. A empresa terá como incentivo à participação a publicidade positiva recebida, já os ciclistas terão no uso das empresas cadastradas a possibilidade de receber vantagens e comodidades.

Propõe-se um modelo com três níveis distintos: bronze, prata e ouro, por exemplo. A aquisição de determinado nível será condicionada a serviços e facilidades oferecidos a ciclistas e que serão determinados para cada distinto setor econômico. Um restaurante, por exemplo, poderá possuir como critérios o oferecimento de estacionamento seguro para bicicleta, a disponibilização de material do guia de cicloturismo e um programa de descontos voltado a ciclistas. A um hotel local, adicionar-se-ia, por exemplo, a possibilidade de ingressar ao quarto com a bicicleta.

**6. Niterói porta de entrada do cicloturismo no Leste Fluminense**

O conjunto de ações elencadas neste documento e o investimento no Cicloturismo do município podem transformar Niterói na porta de entrada para o cicloturismo no Leste Fluminense e em todo Estado do Rio de Janeiro, além de contribuir para que cada vez mais pessoas optem pelo transporte sustentável no município.

32

A proximidade com o Rio e a facilidade de locomoção através das barcas, que permitem transporte de ciclistas com suas bicicletas, fazem de Niterói tanto um destino para os moradores da cidade, como também um mediador importante na ligação entre os municípios, recebendo cicloviajantes de todo o estado. Isso combinado a iniciativas de suporte e apoio aos ciclistas pode fazer de Niterói não apenas parte do trajeto, mas uma importante parada turística obrigatória para os cicloviajantes.

Compõem esta diretriz, também, a integração com outros projetos de Cicloturismo ao redor do Estado como o Projeto da SETUR - Secretaria de Estado de Turismo do “1º Passaporte de Cicloturismo do Estado do Rio”, e o Projeto da Rota dos Parques do INEA, em parceria com a Planett - Coppe/UFRJ.

O Projeto Conceitual é a primeira etapa para o processo de implementação do Plano Municipal de Cicloturismo. Através do Projeto, a Coordenadoria Niterói de Bicicleta busca compreender e fomentar o uso da bicicleta como objeto turístico da cidade, adicionando mais uma camada à cultura ciclística da cidade, tão forte no município.

33

**Ficha técnica**

**Realização**

Prefeitura de Niterói

Secretaria de Mobilidade e Urbanismo – SMU Coordenadoria Niterói de Bicicleta

**Prefeito**

Axel Grael

**Equipe da Coordenadoria Niterói de Bicicleta** *Coordenador*

Filipe Simões

*Diretora de Educação e Comunicação*

Helena Porto

*Diretor de Infraestrutura Cicloviária*

João Pedro Boechat

*Assessora Técnica*

Juliana Martins

**Anexo I.B**

**Planta da rede cicloviária do município de Niterói**

****

**Anexo I.C**

**DEFINIÇÕES E INFORMAÇÕES DOS CIRCUITOS E ROTAS DE CICLOTURISMO**

Para definição dos circuitos temáticos e suas rotas deverá ser levado em consideração os potenciais cicloturisticos de cada região. A seleção dos trajetos e dos atrativos deverá levar em conta a rede cicloviária, rodoviária urbana e rural, as condições de segurança, acessibilidade, conforto e atratividade. Sempre que possível, foram estruturados percursos utilizando a malha cicloviária existente da cidade, além de percursos agradáveis, que valorizam a paisagem, através de vias adequadas ao fluxo proposto, para que não haja conflito de usos.

Os potenciais cicloturísticos deverão ser agrupados visando a criação de circuitos temáticos interconectados e com trechos intercambiáveis. Cada circuito conterá diferentes rotas.

O ***circuito*** deverá seguir uma macro temática, levando em consideração características e potenciais cicloturísticos.A exemplo um Circuito Cultural, poderia enaltecer e fomentar os pontos e atrativos culturais do Município de Niterói, passando por pontos históricos e atrativos culturais, entre eles bens tombados, espaços culturais, museus e galerias. A mesma lógica poderá se aplicar a outras temáticas.

Já a ***rota*** é uma subdivisão de cada *circuito* pensada no deslocamento para que o cicloturista alcance os atrativos dentro de cada temática.

A definição e a caracterização dos circuitos e rotas deverá ser elaborada pela contratada tomando como base as vias que constam da área de projeto (ANEXO 5 do Termo de Referência). A aprovação final do traçado das rotas deverá ter aprovação da fiscalização e terá por finalidade produzir insumos para as etapas subsequentes.

As vias que compõem a área de projeto e que serão objeto de análise e estudo, compondo os circuitos e rotas possuem **extensão total de 90,53km.**

Serão realizadas incursões em campo, levantamento de dados e um processo participativo através de reuniões, pesquisas ou consultas com órgãos envolvidos na gestão do território, atores da sociedade civil, universidade e iniciativa privada cuja atuação relacione-se com o objeto e a área trabalhada. Esta etapa irá gerar um quadro dos elementos e atividades relacionados ao cicloturismo que já se manifestam na área analisada, identificar as potencialidades e caracterizar urbana e morfologicamente os circuitos definidos.

Deverão ser identificados e mapeados os pontos críticos de segurança do ciclista e os pontos de interesse cultural e paisagístico ao longo dos circuitos. Nesta etapa deverá ser levantado, utilizando equipamento de Geolocalização de alta precisão, a altimetria ao longo de todos os circuitos.

Devem ser levantadas também as seguintes informações de cada circuito e rota:

1. Distância total
2. Gráfico altimétrico
3. Tipo do terreno
4. Dificuldade de acesso
5. Atrativos turísticos no entorno
6. Estabelecimentos com o Selo Amigo da Bicicleta
7. Restaurantes
8. Pousadas, albergues e hoteis (caso o trajeto seja longo ou pressupõe-se que o ciclista dormirá no local)
9. Fotos ilustrativas da paisagem
10. Clima do local
11. Tempo de percurso
12. Orientação para se chegar ao início do circuito por meio de carro, avião e ônibus.

**Anexo I.D**

**Biblioteca de referências**

A biblioteca de referências é um compilado de links importantes para o desenvolvimento do cicloturismo de Niterói. Segue abaixo a lista com seus respectivos links e um breve descritivo de cada um:

1. **Niterói Bike Tour**

<http://visit.niteroi.br/niteroibiketur/>

Projeto de Cicloturismo desenvolvido pela Neltour durante a pandemia, inaugurado em 2021. Consiste em totens com QR code, em que o cicloturista consegue fazer as leituras dos trajetos e audioguia.

1. **Selo Amigo da Bicicleta**

<http://amigodabicicleta.niteroi.rj.gov.br/>

O Selo Niterói Amigo da Bicicleta foi criado pela Coordenadoria Niterói de Bicicleta da [Prefeitura Municipal de Niterói](http://www.niteroi.rj.gov.br/). A iniciativa de criação do selo busca incentivar a adoção de práticas e disponibilização de serviços de suporte à bicicleta por parte de estabelecimentos comerciais privados. Em contrapartida, será criado um selo a ser oferecido aos empreendimentos que terão a identificação de seu negócio exposta no guia e plataforma de cicloturismo no formato de lista.

1. **SIGeo**

<https://www.sigeo.niteroi.rj.gov.br/>

O Sistema de Gestão da Geoinformação é um sistema desenvolvido pela prefeitura de Niterói designado a fazer o gerenciamento dos dados geoespaciais do município. Iniciou-se em 2016 quando, através do Programa de Desenvolvimento Urbano e Inclusão Social de Niterói - PRODUIS, junto com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, foi definido o desenvolvimento e implantação do Sistema de Gestão da Geoinformação para englobar o Cadastro Técnico Multifinalitário (CTM).

1. **Dados da Pesquisa do Perfil do Cicloturista de Niterói**

[**https://barrigadedados.colab.re/public/dashboard/74eca816-9837-442c-a895-855b65d2077b?id=181**](https://barrigadedados.colab.re/public/dashboard/74eca816-9837-442c-a895-855b65d2077b?id=181)

A consulta pública para o Perfil de Cicloturistas de Niterói buscou traçar as principais características, locais frequentados e rotas mais utilizados dos Cicloturistas. A consulta foi ao ar no dia 23/02/2021 no link: https://consultas.colab.re/cicloturismoniteroi , e contou com mais de 1400 acessos, teve como fim principal embasar as diretrizes do Projeto Conceitual do Plano Municipal de Cicloturismo.

1. **Mapa de Atrativos Turísticos da NelTour**

<http://visit.niteroi.br/>

A NELTUR tem por objetivo promover, coordenar, executar e estimular o desenvolvimento do lazer, do turismo e das atividades correlatas, bem como, promoção de eventos e valorização dos equipamentos turísticos, em estreita consonância com a política de desenvolvimento econômico e social do Município de Niterói, delimitada em Estatuto.

**Anexo I.E**

**Mapa da Área de Projeto**

****

**Anexo I.F**

**Metodologia de levantamento qualitativo da malha cicloviária**

**1. Objetivos e Metodologia**

Este documento tem por objetivo orientar a avaliação das condições físicas da infraestrutura cicloviária, identificar os obstáculos/conflitos que comprometam a segurança de seus usuários e atualizar as informações georreferenciadas mantidas e divulgadas pelo programa Niterói de Bicicleta. Visto que o programa não atua diretamente em campo na execução e manutenção desta infraestrutura, ações desta natureza são necessárias para que se possa acompanhar a performance dos elementos implantados e seu grau de conservação.

**2. Parâmetros de medição**

Todas as ciclovias, ciclofaixas, ciclorrotas e calçadas compartilhadas foram avaliadas segundo os parâmetros do Manual para Elaboração de Projetos Cicloviários de Niterói (TC Urbes, 2016), documento base utilizado pelo Programa Niterói de Bicicleta no planejamento da malha cicloviária da cidade. Além do estado de manutenção destas infraestruturas no que diz respeito aos seus elementos de sinalização (horizontal e vertical), segregação e pavimentação, foram também considerados, quando possível, a conformidade entre o projeto desenhando e o executado. Por fim, devem ser levantados os dados gerais do trecho, tais quais a data de implantação, datas de manutenção, extensão, largura, entre outros.

A fim de minimizar possíveis subjetividades e de padronizar a análise, optou-se por parametrizar os itens que compõem cada tipo de infraestrutura. Desta forma, foi confeccionado um formulário padrão, para preenchimento em campo pela equipe responsável pela vistoria. Além de verificar a existência ou não de componentes específicos, deve julgar-se também a qualidade/estado de manutenção dos mesmos. Acompanham estes dados um croqui com as medições gerais de cada infraestrutura vistoriada.

Foram utilizados os parâmetros:

1. **Tipologias de infraestrutura cicloviária & outros elementos**
   1. Ciclovia: Via dedicada ao tráfego de bicicletas e outros ciclos. Segregada do fluxo pedestre e de veículos motorizados.
   2. Ciclofaixa: Faixa da via dedicado ao tráfego de bicicletas e outros ciclos. Definido por sinalização horizontal (pintura).
   3. Ciclorrota: Vias sinalizadas que interligam pontos de interesse , ciclovias e ciclofaixas, indicando o compartilhamento do espaço entre veículos motorizados e bicicletas.
   4. Calçada compartilhada: espaço de uso comum para a circulação de pedestres, cadeirantes e ciclistas montados, devidamente sinalizado e regulamentado.
   5. Paraciclo: estacionamentos para bicicletas em espaços públicos, equipados com dispositivos capazes de manter os veículos de forma ordenada, com possibilidade de amarração para garantia mínima de segurança contra furto.
2. **Sentido**
   1. Unidirecional: Regulamentada para o fluxo de ciclos em apenas um sentido.
   2. Bidirecional: Regulamentada para o fluxo de ciclos em ambos os sentido na mesma seção.
3. **Sinalização horizontal (pintura)**
   1. Completa: Contendo todos os elementos de sinalização horizontal definidos no Manual para Elaboração de Projetos Cicloviários de Niterói:
      1. Ciclovia/Ciclofaixa: Linhas vermelhas com 10cm de largura definindo ambos os limites da ciclovia/ciclofaixa, linha seccionada amarela no centro (se bidirecional), linha branca ou amarela (a depender do sentido do tráfego viário) definindo bordo da via de veículos automotores. Pictogramas brancos indicadores de sentido a cada 30m, travessias vermelhas com laterais brancas.
      2. Ciclorrota: Pictogramas brancos com fundo vermelho a cada 50m de via.
      3. Calçada Compartilhada: Pictogramas brancos a cada 30m.
   2. Incompleta: Há alguma sinalização horizontal (pintura), no entanto, incompleta.
   3. Inexistente: Sem sinalização horizontal.
4. **Qualidade da sinalização horizontal (pintura)**
   1. Ótimo: Todos os elementos de sinalização horizontal com pintura visível, sem interrupções ou sinais de desgaste.
   2. Bom: Todos os elementos de sinalização horizontal com pintura visível, com breves interrupções e/ou sinais de desgaste.
   3. Regular: Os elementos de sinalização horizontal apresentam interrupções e sinais de desgaste em vários pontos, trechos geram dúvidas quanto ao teor da sinalização.
   4. Ruim: Os elementos de sinalização horizontal tem grande parte de sua visibilidade prejudicada. Há trechos que geram dúvidas quanto à existência da sinalização.
5. **Tipo de segregação**
6. Meio-fio ou similar: Elemento segregador contínuo engastado do pavimento e com ao menos 10cm de desnível em relação a este.
7. Segregador: Segregadores viários ou para-rodas.
8. Tachão: Tachão viário refletivo
9. Tachinha: Tachinha viária refletiva
10. **Qualidade da segregação**
    1. Ótimo: Todos os elementos de segregação devidamente instalados, sem afundamento e inteiriços.
    2. Bom: Todos os elementos de segregação devidamente instalados, apresenta algum afundamento e pequenas quebras.
    3. Regular: Até 30% dos elementos de segregação quebrados/ausentes (não sequenciais). Apresenta afundamentos que não comprometem a visibilidade dos elementos.
    4. Ruim: Mais de 30% dos elementos de segregação quebrados/ausentes. Diversas peças afundadas no pavimento.
11. **Sinalização vertical (placas)**
    1. Completa: Contém todos os elementos de sinalização vertical definidos no Manual para Elaboração de Projetos Cicloviários de Niterói, dentre sinalização de advertência, regulamentação e educativa.
    2. Incompleta: Há alguma sinalização vertical, no entanto, incompleta.
    3. Inexistente: Não há sinalização vertical.
12. **Qualidade da sinalização vertical (placas)**
    1. Ótima: Todos os elementos em bom estado de conservação e com boa visibilidade.
    2. Boa: Todos os elementos em bom estado de conservação ou com pequenos problemas que não impeçam a legibilidade. Boa visibilidade.
    3. Regular: Alguns elementos com problemas de conservação que impeçam em parte a legibilidade. Visibilidade pontualmente prejudicada por benfeitorias/vegetação.
    4. Ruim: Elementos com problemas de conservação, faltantes e/ou com visibilidade prejudicada por benfeitorias/vegetação.
13. **Tipo de pavimentação**
    1. Asfalto
    2. Concreto
    3. Paralelepípedo
    4. Outro
14. **Qualidade da pavimentação**
    1. Ótimo: Pavimento em boas condições, sem rachaduras, buracos ou desníveis.
    2. Bom: Pavimento com pequenas imperfeições, rachaduras e desníveis que não comprometam a segurança do ciclista.
    3. Regular: Pavimento com rachaduras, desníveis e pequenos buracos que não comprometam de maneira grave a segurança e o conforto do ciclista.
    4. Ruim: Pavimento em com rachaduras, desníveis e buracos que comprometam de maneira grave a segurança e o conforto do ciclista.
15. **Obstáculos/conflitos**
    1. Ponto de ônibus: Existência de pontos de ônibus sem o tratamento adequado para a garantia da segurança do ciclista e dos passageiros que embarcam e desembarcam dos ônibus.
    2. Estacionamento: Existência de estacionamento que invada os limites internos da ciclovia/ciclofaixa ou que comprometa a segurança e o conforto do ciclista.
    3. Entrada/saída de lote: Existência de entradas ou saídas de lotes que apresentem grande movimento de veículos.
    4. Pedestres: Existência de grande número de pedestres caminhando sobre a ciclovia/ciclofaixa/calçada compartilhada.
    5. Escola:Existência de escolas que se utilizam do espaço da ciclovia/ciclofaixa/ ciclorrota/calçada compartilhada para o embarque/desembarque de alunos e/ou para o estacionamento de vans ou outros transportes escolares.
    6. Grelhas e bueiros: Existência de grelhas de drenagem pluvial ou tampos de bueiro mal instalados ou com aberturas em tamanho e direção que comprometam a segurança do ciclista.
    7. Outro: Especificar.
16. **Velocidade regulamentada da via**

Velocidade máxima regulamentada para veículos automotores.

1. **Observações gerais**

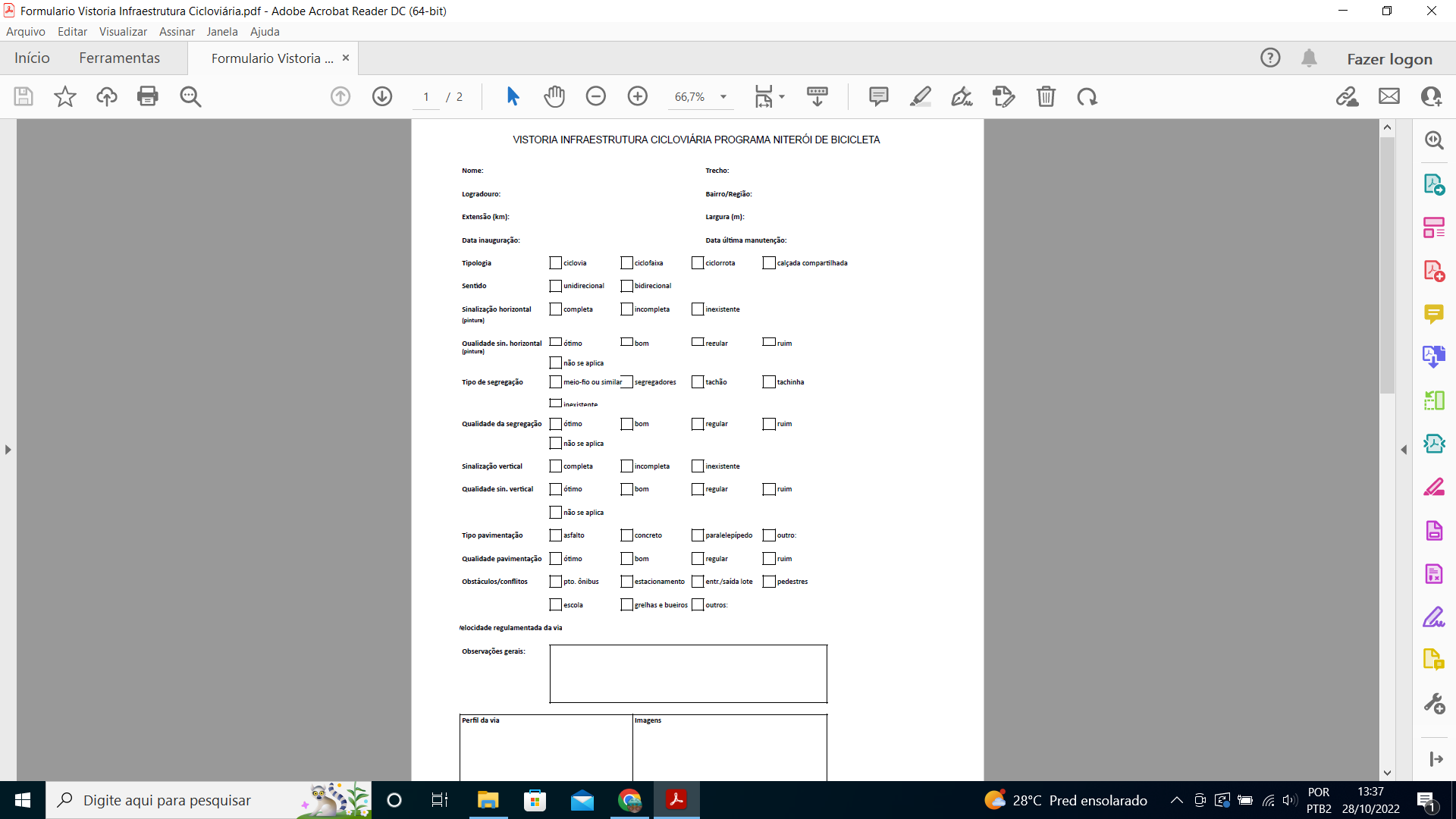
Dados qualitativos observadas no local no momento da vistoria, informações extras sobre projetos relacionados que impactem o funcionamento da infraestrutura cicloviária, etc.

1. **Dimensões básicas**

Croqui com dimensões básicas da infraestrutura cicloviária.

1. **Imagem**

Imagem que retrata a ambiência da via com influência da infraestrutura cicloviária implantada.

****